
Diversidade Sexual e de Gênero

Construir
conhecimentos
para desconstruir
preconceitos

Jair Adriano Strapazon
Humberto Luís de Cesaro

Diversidade Sexual e de Gênero

Construir
conhecimentos
para desconstruir
preconceitos

Jair Adriano Strapazon
Humberto Luís de Cesaro

**Instituto Federal de Educação, Ciência
e Tecnologia Catarinense - IFC**

**Mestrado Profissional em Educação
Profissional e Tecnológica - ProfEPT**

Jair Adriano Strapazon

Autor

Humberto Luís de Cesaro

Orientador

Letícia Beatriz Folster

Projeto Gráfico, diagramação e capa

Sumário

Apresentação.....	6
--------------------------	----------

Capítulo 1

Conceitos preliminares para compreender Sexualidade e Gênero	10
---	----

1. Diversidade, diferença, identidade	11
--	-----------

2. Sexo, sexualidade e gênero	15
--	-----------

Você sabia?	19
-------------------	----

Para saber mais!	19
------------------------	----

Referências	21
-------------------	----

Capítulo 2

LGBTQI+	23
---------------	----

1. Significado.....	24
----------------------------	-----------

2. Outras denominações	32
-------------------------------------	-----------

Você sabia?	33
-------------------	----

Bandeira do arco-íris – símbolo do movimento LGBTQI+	33
---	----

Pronomes e artigos – qual devo usar?	33
--	----

Utilizar o termo homoafetivo está correto?	34
--	----

Gay	34
-----------	----

Comunidade LGBTQI+	34
--------------------------	----

Vale	35
------------	----

Para saber mais!	35
------------------------	----

Referências	36
-------------------	----

Capítulo 3

Causas e consequências da LGBTQIfobia 39

Você sabia? 45

Para saber mais! 46

Referências 48

Capítulo 4

LGBTQIFOBIA no contexto escolar 49

Para saber mais! 56

Referências 57

Capítulo 5

IFC – Uma Instituição não-excludente 58

Você sabia? 66

Para saber mais! 69

Referências 70

A thick, horizontal red brushstroke with a textured, painterly appearance, centered on a white background. The stroke is composed of multiple overlapping layers of paint, giving it a sense of depth and movement.

Apresentação



Figura 1. Fonte: <https://bit.ly/3iCw00j>

Durante nossas vivências e convivências com família, amigos, escolas, igrejas, comunidade, vamos apreendendo conceitos de certo e errado, de bem e mal, de justo e injusto. Nesse sentido, seria correto acreditar que também apreendemos preconceitos, que podem ser remediados ou intensificados com o passar do tempo, com novas vivências e apreensões do cotidiano. O processo de desenvolvimento das pessoas, e principalmente dos/das jovens e adolescentes, decorre dos sentidos que este dá ao meio no qual está inserido e das atividades que o/a envolve, mediante a interpretação sobre o lugar social que ocupa, a bagagem cultural construída ao longo da sua trajetória e dá existência de características regionais comum ao seu grupo social (FERRARI; AMARAL, 2005).

Para Dayrell (2003, p. 43), "o homem se constitui como ser biológico, social e cultural, dimensões interligadas, que se desenvolvem com base nas relações que estabelece com o outro, no meio social concreto em que se insere". Assim sendo, as construções do ser social estão interligadas com diversas facetas da realidade concreta em que se vive. Dentro delas podemos citar a escola, que além da função de transmitir os conhecimentos historicamente produzidos, também tem a função social de educar para a cidadania, aqui

compreendida como prerrogativas legais ou dos documentos que delimitam direitos e deveres dos seres humanos, mas também, a cidadania plena é acessada por meio de condições oferecidas pelo Estado e também pela própria sociedade, dentre os quais estão a liberdade, moradia digna, saúde, educação e trabalho.

Nesse sentido, surge durante o Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) a escolha do tema a ser pesquisado e o produto educacional a ser desenvolvido.

Pensando que as construções de conhecimentos são feitas durante toda nossa vida, escolheu-se o tema LGBTQIfobia e suas implicações no percurso escolar dos/das alunos e alunas do Ensino Médio Integrado, e como produto educacional o ebook **Diversidade Sexual e de Gênero: construir conhecimentos para desconstruir preconceitos**. O referido e-book tem como objetivo principal subsidiar os/as agentes educacionais, alunos e alunas, famílias dos campi do Instituto Federal Catarinense (IFC) com conhecimentos básicos sobre diversidade, gênero, sexualidade, LGBTQIfobia, entre outros temas não menos importantes, dentro do espaço-tempo que (con)vivemos, com uma abordagem prática e didática, simples e clara.

O material foi produzido com base nas entrevistas realizadas para o desenvolvimento da dissertação, onde pode-se perceber que, apesar do comprometimento com os/as alunos(as), os/as entrevistados(as) demonstraram ter alguns conceitos errôneos, que buscamos elucidar com este material.

Espera-se que no final da leitura os/as leitores possam ter elucidado seus conceitos, suas dúvidas e terem embasamento para dialogar nas escolas, em família, entre amigos sobre os temas abordados.

O livro está organizado em 6 partes:

1. Apresentação
2. Conceitos preliminares para compreender Sexualidade e Gênero
3. LGBTQI+
4. Causas e Consequências da LGBTQIFOBIA

5. LGBTQIFOBIA no contexto escolar
6. IFC – Uma Instituição não-excludente¹.

Também terá, em cada capítulo, curiosidades (Você sabia?), sugestões de leituras para aprofundar o conhecimento (Para saber mais!), sugestões de filmes, séries, curtas metragens, que possam proporcionar aos/as leitores uma ampliação dos saberes.

Boa leitura!

Referências

DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. *In: Revista Brasileira de Educação*. n.24, p. 40-52, set/out/nov/dez, 2003.

FERRARI, Shirley Costa; AMARAL, Sueli. O aluno da EJA: jovem ou adolescente? *In: Revista da Alfabetização Solidária*. São Paulo: Unimarco, 2005. v. 5, n. 5, p. 7-14. ISSN: 1519-9096

¹ Preferimos utilizar o termo "Não Excludente" pois a palavra Inclusão remete, para a grande maioria, a inclusão de pessoas com deficiência, que não são, nesse momento, nosso público-alvo de discussão e reflexão.

Capítulo 1

**Conceitos
preliminares para
compreender
Sexualidade e Gênero**

1. Diversidade, diferença, identidade

É inerente aos seres humanos serem diferentes entre si, e essas diferenças são formadas pelas diversas culturas, origens, histórias de vida, níveis socioeconômicos, entre outros fatores. Gusmão afirma que (2000, p. 12) "o diferente e a diferença são partes da descoberta de um sentimento que, armado pelos símbolos da cultura, nos diz que nem tudo é o que eu sou e nem todos são como eu sou". É possível alegar que há mais coisas comuns do que diferentes entre as pessoas, por mais que não as percebamos.



Figura 2. Fonte: <https://bit.ly/3hRVCiY>

É necessário atenção para não utilizar como sinônimos as palavras **diferença** e **diversidade**. Por vezes falamos em diferença, outras em diversidade, mas essas palavras, segundo Abramowicz, Rodrigues e Cruz (2011) sequer são sinônimos, nem mesmo próximas.

As autoras explicam que

Em geral, a indiferenciação conceitual entre diferença e diversidade esconde as desigualdades, e fundamentalmente as diferenças. Sob o

manto da diversidade o reconhecimento das várias identidades e/ou culturas, vem sob a égide da tolerância, tão em voga, pois pedir tolerância ainda significa manter intactas as hierarquias do que é considerado hegemônico, além do que a diversidade é a palavra-chave da possibilidade de ampliar o campo do capital que penetra cada vez mais em subjetividades antes intactas. (ABRAMOWICS; RODRIGUES; CRUZ, 2011, p. 91).

Em relação a **Diferença**, Guacira Lopes Louro (2008, p. 22) explica que

[...] é possível dizer que ela seja um atributo que só faz sentido ou só pode se constituir em uma relação. A diferença não pré-existe nos corpos dos indivíduos para ser simplesmente reconhecida; em vez disso, ela é atribuída a um sujeito (ou a um corpo, uma prática, ou seja lá o que for) quando relacionamos esse sujeito (ou esse corpo ou essa prática) a um outro que é tomado como referência. Portanto, se a posição do homem branco heterossexual de classe média urbana foi construída, historicamente, como a posição-de-sujeito ou a identidade referência, segue-se que serão diferentes todas as identidades que não correspondam a esta ou que desta se afastem. A posição normal é, de algum modo, onipresente, sempre presumida, e isso a torna, paradoxalmente, invisível. Não é preciso mencioná-la.

Na diferença estão sempre envolvidas **relações de poder**. "[...] as marcas da diferença são inscritas e reinscritas pelas políticas e pelos saberes legitimados, reiteradas por variadas práticas sociais[...]" (LOURO, 2008, p. 22) e construída através de discursos das várias instâncias sociais que não permitem alterá-lo, de forma a manter a estrutura social vigente, mas que apesar disso está em constante disputa, através das práticas e, também, discursos dos chamados grupos minoritários. "O diferente poderá ser temido ou amado, rechaçado ou desejado, a depender das relações de poder que se criam." (SEFFNER, 2014, p. 94).

Identidade é como a pessoa se enxerga e como se apresenta para a sociedade. Tomás Tadeu da Silva (2000) argumenta que ambas, diferença e

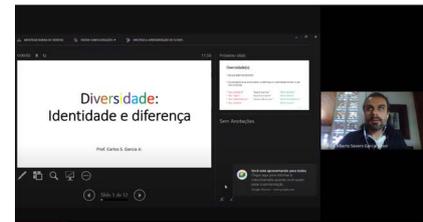


Figura 3.
Diversidade: Identidade e Diferença. Prof. Carlos Alberto Severo Garcia Jr. (UFSC/ Campus Araranguá).

Disponível em: <https://bit.ly/2ToFhfa>



Figura 4.
Identidade de Gênero – Como a percebemos?

Disponível em: <https://vimeo.com/194974444>

identidade, não são estanques, ao contrário, podem se alterar continuamente, pois são construções sociais e subjetivas. "A identidade e a diferença não são entidades preexistentes, [...] elas são elementos passivos da cultura" (SILVA, 2000, p. 96) Podemos deixar de ter o mesmo sentimento, por exemplo, conforme amadurecemos e (con)vivemos com outras culturas, outras pessoas, outros locais geográficos, e isso mudará nossas perspectivas perante o mundo. Dessa forma alteramos nossa diferença, mas continuamos a apresentá-la. Assim acontece com a identidade. Se, durante a adolescência nos percebemos e nos identificamos como *punks*, essa identidade pode ser alterada, e podemos passar a ser mais clássicos(as). Criamos, dessa forma, uma nova identidade.

Para Silva (2000, p. 96),

[...] a identidade não é uma essência; não é um dado ou um fato – seja da natureza, seja da cultura. A identidade não é fixa, estável, coerente, unificada, permanente. A identidade tampouco é homogênea, definitiva, acabada, idêntica, transcendental. Por outro lado, podemos dizer que a identidade é uma construção, um efeito, um processo de produção, uma relação, um ato performativo. A identidade é instável, contraditória, fragmentada, inconsistente, inacabada. A identidade está ligada a estruturas discursivas e narrativas. A identidade está ligada a sistemas de representação.

Porém, a tendência é se julgar as diferenças e identidades como uma inadequação dos valores estabelecidos por um grupo social ou cultura e tendem a gerar vários comportamentos que são prejudiciais no relacionamento entre os(as) indivíduos, como por exemplo, **o preconceito, a discriminação e a intolerância**. Estes comportamentos ainda são encontrados continuamente na sociedade e tendem a gerar **violência e exclusão social**

Podemos dizer que onde existe diferenciação – ou seja, identidade e diferença – aí está presente o poder. A diferenciação é o processo

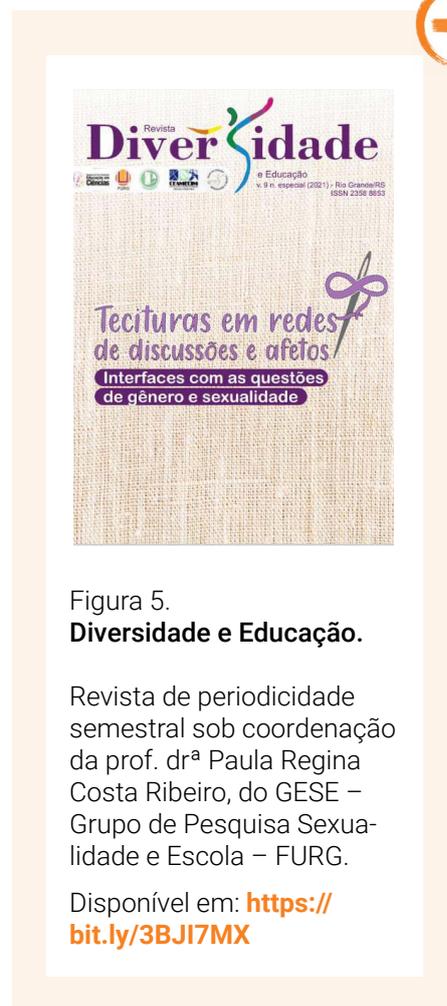


Figura 5.
Diversidade e Educação.

Revista de periodicidade semestral sob coordenação da prof. dr^a Paula Regina Costa Ribeiro, do GESE – Grupo de Pesquisa Sexualidade e Escola – FURG.

Disponível em: <https://bit.ly/3BJI7MX>

central pelo qual a identidade e a diferença são produzidas. Há, entretanto, uma série de outros processos que traduzem essa diferenciação ou que com ela guardam uma estreita relação. São outras tantas marcas da presença do poder: incluir/excluir ("estes pertencem, aqueles não"); demarcar fronteiras ("nós" e "eles"); classificar ("bons e maus"; "puros e impuros"; "desenvolvidos e primitivos"; "racionais e irracionais"); normalizar ("nós somos normais; eles são anormais". (SILVA, 2000, p. 81).

O autor segue informando que

Fixar uma determinada identidade como a norma é uma das formas privilegiadas de hierarquização das identidades e das diferenças. A normalização é um dos processos mais sutis pelos quais o poder se manifesta no campo da identidade e da diferença. Normalizar significa eleger – arbitrariamente – uma identidade específica como o parâmetro em relação ao qual as outras identidades são avaliadas e hierarquizadas. Normalizar significa atribuir a essa identidade todas as características positivas possíveis, em relação às quais as outras identidades só podem ser avaliadas de forma negativa. A identidade normal é "natural", desejável, única. A força da identidade normal é tal que ela nem sequer é vista como uma identidade, mas simplesmente como a identidade. (SILVA, 2000, p. 83).

Já a **Diversidade** está intimamente ligada aos conceitos de pluralidade, multiplicidade, diferentes modos de visão de mundo, heterogeneidade e variedade. A utilização das palavras diferença e diversidade como sinônimos têm muito mais a ver com esvaziamento político e social e para abrandar as tensões das relações sociais. Utilizar essas palavras como tendo o mesmo significado produz o "esvaziamento da diferença, pois tem por objetivo retirar a diferença da diversidade, ou seja, quando se fala de diferença é para que ela não faça de fato, nenhuma diferença." (ABRAMOWICS; RODRIGUES; CRUZ, 2011, p. 93).

Para as autoras,

A diversidade, portanto, tem se caracterizado como uma política universalista de maneira a contemplar o todo, todas as formas culturais, todas as culturas, como se pudessem ser dialogadas, trocadas, a diversidade

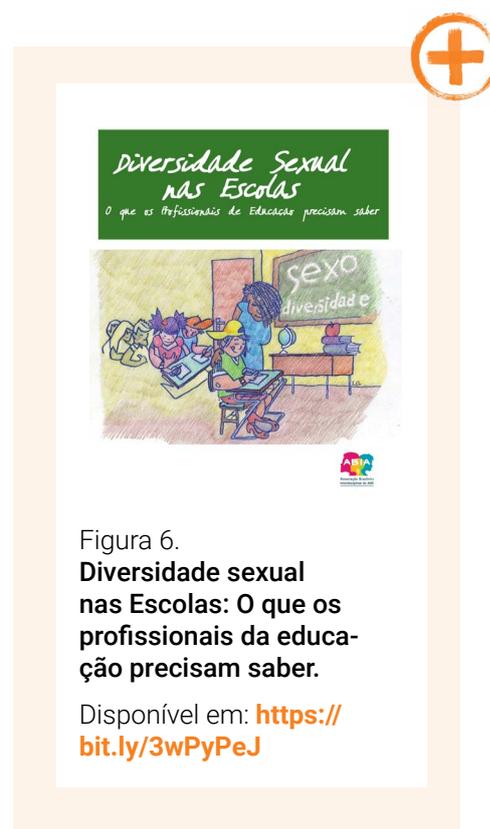


Figura 6.

Diversidade sexual nas Escolas: O que os profissionais da educação precisam saber.

Disponível em: <https://bit.ly/3wPyPeJ>

é, portanto, campo esvaziado da diferença. Este campo da diversidade também de alguma maneira é esvaziado, não pela diferença, mas pela desigualdade. Há desigualdades irreconciliáveis, seja de poder, seja das classes sociais, mas isto é obscurecido. Portanto, há muitas maneiras de esvaziar aquilo que são diferenças que é o contrário da construção identitária, pois cabe às diferenças: borrá-las. Em relação à diversidade supõe-se que a troca se realiza entre homens livres e iguais, o que sabemos não existe. (ABRAMOWICS; RODRIGUES; CRUZ, 2011, p. 93).

2. Sexo, sexualidade e gênero

As diversidades sexual e de gênero, um dos objetivos do nosso estudo, podem ser definidas como as diferentes formas que as pessoas, homens e mulheres, procuram sentir, ter e dar prazer, mas também se identificarem perante a sociedade.

A **sexualidade** humana, por muito tempo, foi vista como sinônimo de ato sexual, porém o corpo é apenas uma das fontes da sexualidade, pois ela é uma atividade intrínseca ao ser humano e construída a partir de suas vivências, da interação com o meio, contexto social, cultural, histórico, psicológico, econômico, político, religioso em que o/a sujeito está inserido sendo, então, um fenômeno sociocultural, e pode ser expressada de formas diferentes de pessoa para pessoa, devido à influência do convívio social, ultrapassando, destarte, o mero ato sexual, e também o binarismo imposto pela sociedade, onde só existem machos e fêmeas, e que a sexualidade, e o ato sexual, deveriam ocorrer entre estes/estas. (OLIVEIRA *et al.*, 2015, p. 1766).

Atualmente é quase um consenso que a sexualidade pode ter variantes dependendo de fatores que ultrapassam a biologia. Como exemplo podemos citar pessoas assexuais, que não



Figura 7.
Gênero e sexualidade, além do rótulo. Com Laerte Coutinho (versão tv cultura).

Disponível em: <https://vimeo.com/172411127>



Figura 8.
Sexo e Sexualidade.

Disponível em: <https://vimeo.com/75800749>

possuem desejos ou atração sexual, mas podem sentir desejos e atrações sentimentais por outras pessoas.

Por ser uma **construção sociocultural**, pode-se afirmar que a sexualidade é dinâmica, podendo aquilo que nos atrai ou o que nos torna atraentes, modificar, dependendo das vivências que temos ou nos permitimos ter. Tudo o que somos capazes de sentir e expressar, a forma como nos identificamos e nos deixamos identificar, os relacionamentos conosco e com os outros a fim de buscar prazer, não necessariamente sexual, como admiração, autoestima e a satisfação corporal pode ser definida como sexualidade. (MURAI, 2019, s.p).

O termo **sexo** pode ser relacionado a três noções básicas: 'sexo biológico', 'sexo cultural' e 'ato sexual'; e todos eles estão intimamente imbricados à corporeidade humana e suas marcas identitárias, ainda que possam ser dissociados entre si. (WOLFF; SALDANHA, 2015, p. 38).

O **ato sexual** está relacionado ao erotismo, prazer e orientação sexual e reprodução. Origina sentimentos de amor, tesão, contato, carícias, beijos, troca de intimidade e também a sintonia com o(a) outro/outra. (MURAI, 2019, s.p.).

Segundo o Manual de Comunicação LGBTI+, organizado pelos grupos Aliança Nacional LGBTI, Grupo Dignidade e GayLatino o **sexo biológico**, é aquele com o qual você nasce, de acordo com sua genitália (pênis=homem e vagina=mulher), cromossomos, gônadas e hormônios. Você pode ser do sexo feminino, do sexo masculino ou intersexo (tema explicado no capítulo 3). Os pais/mães e sociedade já criam expectativas antes mesmo do nascimento para os papéis sexuais da criança. Desde a escolha da cor do quarto e roupas (azul para meninos, rosa para meninas, por exemplo), a sua personalidade (menina como sinônimo de delicadeza, meninos como de rudeza), suas performances

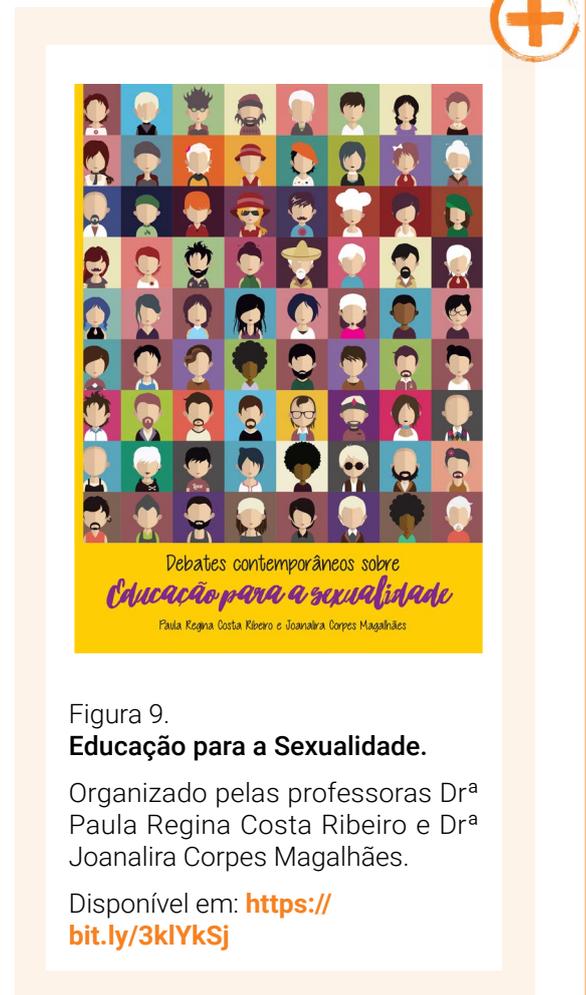


Figura 9.

Educação para a Sexualidade.

Organizado pelas professoras Dr^a Paula Regina Costa Ribeiro e Dr^a Joanalira Corpes Magalhães.

Disponível em: <https://bit.ly/3klYkSj>

sexuais (menina não pode, mas os meninos precisam mostrar desempenho, performance).

A **orientação sexual** pode ser definido como a atração ou o desejo de se relacionar sexualmente e/ou afetivamente com pessoas de sexo diferente (heterossexuais), por sexos iguais (homossexuais) por ambos os sexo (bissexuais), por nenhum deles (assexuais – que podem desenvolver afetos e sentimentos românticos sem desejo sexual).

Importante salientar o termo: **Orientação!** O senso comum acabou cunhando o termo "opção sexual", que mesmo sendo discutido, explicado e continuamente expresso a diferença entre ambos, continua a ser utilizado, geralmente não ingenuamente, mas de forma a descaracterizar a atração afetivo-sexual de homossexuais masculinos e femininos e bissexuais. Quando uma pessoa opta por algo, ela está escolhendo entre, no mínimo, duas opções, o que não ocorre com pessoas homossexuais, assim como não ocorre com pessoas heterossexuais. No máximo, a condição de optar está na preferência de expor publicamente sua orientação sexual. Ou não!

Quanto ao **gênero**, conceito que passa a ser importante nos anos 1970, com forte influência da luta feminista,

Ele foi criado para distinguir a dimensão biológica da dimensão social, baseando-se no raciocínio de que há machos e fêmeas na espécie humana, no entanto, a maneira de ser homem e de ser mulher é realizada pela cultura. Assim, gênero significa que homens e mulheres são produtos da realidade social e não decorrência da anatomia de seus corpos. **(MEC, 2009, p. 43).**

O gênero, portanto, se refere a tudo aquilo que foi definido ao longo tempo e que a nossa sociedade entende como o papel, função ou comportamento esperado de alguém com base em seu sexo biológico.



Figura 10.
Os Iniciados (2017). O filme narra a história dos rituais da masculinidade na África do Sul. O personagem apresenta questionamentos quanto a sua sexualidade. Disponível no youtube e Google Play (pagos). Não indicado para menores de 16 anos.

É construído historicamente e culturalmente, assim também o é modificado, alterado, dependendo do tempo e da conjuntura social em que se está vivendo.

Considerando o sexo biológico como fator preponderante, a sociedade foi, historicamente, determinando o agir de homens e mulheres. Porém, ao longo da história, cada grupo social foi construindo seus comportamentos, direitos, responsabilidades de homens e mulheres. Portanto, não é o sexo biológico o responsável pelo **ser/estar mulher ou ser/estar homem na sociedade**, e sim as regras e costumes estipulados pelas pessoas. Por ser histórico, estes costumes e regras podem ser **modificadas, reconstruídas**. (SANTOS; OLIVEIRA, 2010).

Já a **identidade de gênero** indica o gênero ao qual uma pessoa se identifica, independentemente de seu sexo biológico. Algumas pessoas se identificam com o sexo biológico (cisgêneras), outras com outro gênero – masculino, feminino, ambos ou mesmo nenhum dos gêneros socialmente construídos e reconhecidos (transgêneros).

[...] elas (as identidades de gênero) também estão continuamente se construindo e se transformando. Em suas relações sociais, atravessadas por diferentes discursos, símbolos, representações e práticas, os sujeitos vão se construindo como masculinos ou femininos, arranjando e desarranjando seus lugares sociais, suas disposições, suas formas de ser e de estar no mundo. Essas construções e esses arranjos são sempre transitórios, transformando-se não apenas ao longo do tempo, historicamente, como também transformando-se na articulação com as histórias pessoais, as identidades sexuais, étnicas, de raça, de classe. (LOURO, 1997, p. 28). (grifo nosso)

É importante salientar que identidade de gênero **não está relacionada** com orientação sexual. Por exemplo, uma mulher transgênero (nasceu com sexo biológico masculino e se identifica como mulher) pode ser homossexual, bissexual, heterossexual, assexual.

Portanto, as multiplicidades de expressões da sexualidade e de gênero são o que chamamos de diversidade.

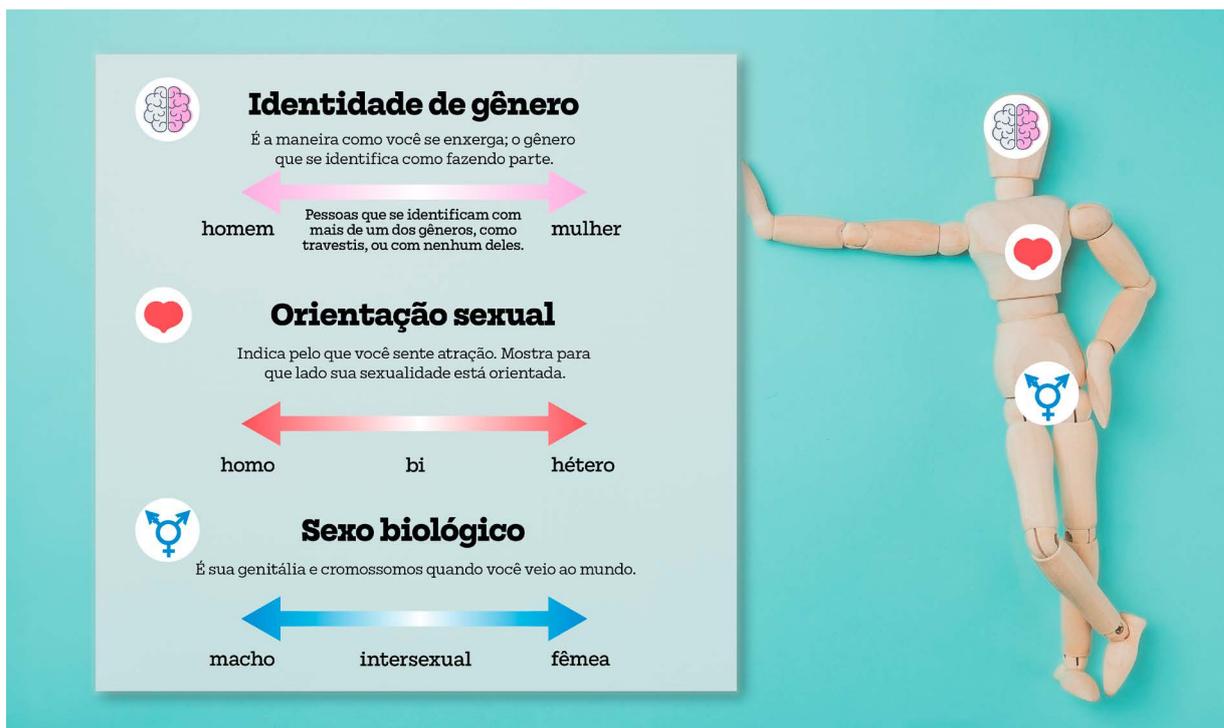


Figura 11. Fonte: Imagem adaptada de <https://bit.ly/3795Bgh>.



Você sabia?

- O primeiro homem transexual do Brasil se chamava João W. Nery. Fez a cirurgia de redesignação sexual em 1977, de forma clandestina, pois esse tipo de cirurgia não era permitida no Brasil. Formado em Psicologia, perdeu seu diploma quando trocou seu nome feminino para João. Na época isso ainda era crime. João W. Nery faleceu em 2018 em decorrência de um câncer que começou nos pulmões e se espalhou para o cérebro.

Você pode conhecer mais de sua história através de seus livros ou neste vídeo: <https://bit.ly/2Tg5zA0>



Para saber mais!

Entrevista

- Rogério Junqueira. **Conceitos de Diversidade**. Parte I e II. Revista Diversidade e Educação:
 - Parte I: <https://bit.ly/3xNi45I>
 - Parte II: <https://bit.ly/2VVo3H5>

Vídeos



Figura 12.
As Sufragistas (2015).
Sobre gênero.

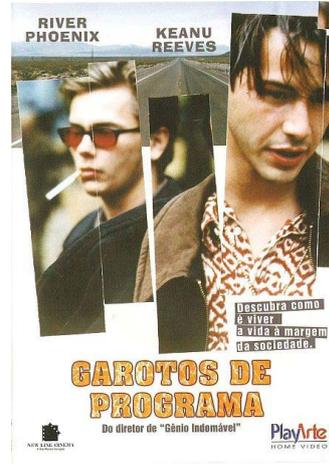


Figura 13.
Garotos de Programa (1991).
Sobre orientação sexual.

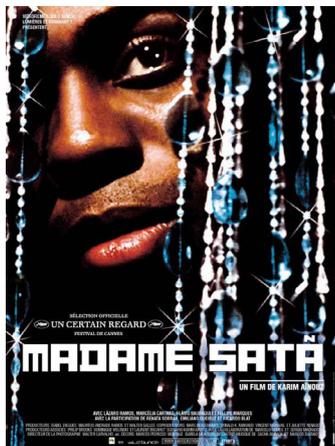


Figura 14.
Madame Satã (2002).
Sobre identidade.

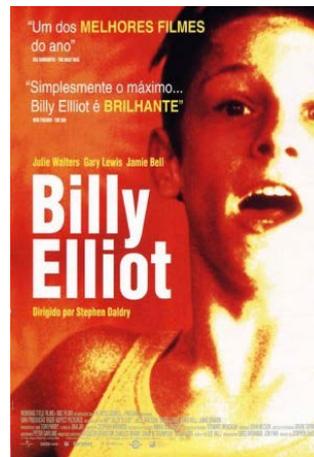


Figura 15.
Billy Elliot (2000). Sobre gênero.

Artigos

- O Conceito de Diversidade para a Pedagogia Histórico-crítica: Elementos para Pensar a Formação de Professores.** Souza, Luiz Aparecido Alves de; Rego, Joelson Xavier do. Disponível em: <https://bit.ly/2UnR91I>

Obs: As referências citadas também nos trazem muitas informações relevantes para a compreensão dos temas abordados neste capítulo.

Referências

ABRAMOWICZ, Anete; RODRIGUES, Tatiane Cosentino; CRUZ, Ana Cristina Juvenal da. A diferença e a diversidade na educação. **Contemporânea** n. 2, p. 85-97 Jul.-Dez. 2011. Disponível em: <https://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/38>. Acesso em 22 de dez. de 2020

GUSMÃO, Neuza Maria Mendes. Desafios da diversidade na escola. **Revista Mediações**, Londrina, v. 5, n. 2, p. 9-28, jul./dez, 2000 Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/janeiro2014/otp_artigos/desafios_diversidade_esc.pdf. Acesso em 23 de dez. de 2020.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 3ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. **Pro-Posições**, v. 19, n. 2 (56) – maio/ago. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pp/a/fZwcZDzPFNctPLxjzSgYvVC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 02 de out. de 2021.

MEC. **Gênero e diversidade na escola: formação de professoras/es em Gênero, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais**. Livro de conteúdo. Versão 2009. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: SPM, 2009. Disponível em: <https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/handle/192/655>. Acesso em 21 de jan. de 2021.

MURAI, Sabrina Vega. **Qual a diferença entre sexo e sexualidade?** Disponível em: <https://bit.ly/36GRnD9>. Acesso em 04 de jan. de 2021.

OLIVEIRA, Lúcia de Fátima Rodrigues de et al. Adesão de adolescentes à camisa masculina. **Cuidado é Fundamental**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 1765-1773, 2015. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/5057/505750945002.pdf>. Acesso em 04 de jan. de 2021.

REIS, Toni (org.). **Manual de Comunicação LGBTQI+**. Disponível em: <https://grupodignidade.org.br/consultapublica/>. Acesso em 21 de out. de 2021.

SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos; OLIVEIRA, Leidiane. Igualdade nas relações de gênero na sociedade do capital: limites, contradições e avanços. **Rev. katálysis**, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 11-19, Junho 2010 Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802010000100002&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 04 de jan. de 2021.

SEFFNER, Fernando. **Derivas da Masculinidade**: representação, identidade e diferença no âmbito da masculinidade bissexual. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/4340/000399778.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 02 de out. de 2021.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. *In*: **Identidade e diferença**: A perspectiva dos Estudos Culturais. Tomaz Thadeu da Silva (org.), Stuart Hall, Kathryn Woodward. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. Disponível em: http://diversidade.pr5.ufrj.br/images/banco/textos/SILVA_-_Identidade_e_Diferen%C3%A7a.pdf. Acesso em 18 de jul. 2020.

WOLFF, Cristina Scheibe; SALDANHA, Rafael Araújo. Gênero, sexo, sexualidades: Categorias do debate contemporâneo. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 9, n. 16, p. 29-46, jan./jun. 2015 Disponível em: <http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/482>. Acesso em 04 de jan. de 2021.

Figuras

Figuras 10, 12, 13, 14 e 15: <https://www.adorocinema.com/>

A thick, horizontal yellow brushstroke with a textured, painterly appearance, serving as a background for the text.

Capítulo 2

LGBTQI+

1. Significado

As letras representadas na sigla **LGBTQI+** dizem respeito às diversidades sexuais, de gênero e comportamento. Atualmente a sigla é composta pelas seguintes letras: **LGBTQQIACDDPGADG** (HMC, 2016), onde cada uma representa as orientações sexual e/ou identidades de gênero. Como vimos anteriormente, sexualidade e gênero não são coisas estáticas, pelo contrário, são dinâmicas, e refletem no tempo-espaço em que vivemos, o que nos permitimos viver ou sentir, e a maneira como nos identificamos perante a sociedade. Assim, a sigla também é dinâmica, e com o passar do tempo foi sendo modificada, e a tendência é ser mudada conforme novas representações de gênero ou orientações sexuais forem surgindo, pois espera-se que "As pessoas poderão cada vez mais se manifestar de todas as formas, ser como quiserem, amar a quem quiserem e como bem entenderem, cada vez mais livres e com menos imposições de padrões limitantes" (HMC, 2016, p. 170) ou, com outras palavras, buscando liberdade em relação aos padrões heteronormativos, pois todo mundo quer se sentir incluso da sociedade, com direito a voz e representatividade. Por conta de repressões históricas, a comunidade LGBTQI+ vem se redefinindo e se reclassificando.

Usualmente tem se usado, as siglas **LGBT+** ou **LGBTQI+**, porém houve outras anteriormente. Nos anos 70 havia o movimento social que buscava a representatividade e a busca por direitos historicamente negados, chamava-se **Movimento Homossexual Brasileiro (MHB)**. Passados alguns anos, após discussões em seminários e encontros com ativistas e militantes, passou-se a usar a sigla **GLS** (Gays, Lésbicas e Simpatizantes). Em 1993, passou-se a utilizar **GLBT** (Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros). Em 2008, após debates com ativistas mulheres optou-se por utilizar **LGBT**, pois as mulheres reclamavam, com razão, que novamente se encontravam em segundo plano, como nos demais espaços patriarcais e heteronormativos.

O Movimento LGBTQI+ é um

Movimento social e político que agrega diferentes sujeitos políticos – lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais – em favor de direitos

de livre orientação sexual e de expressão das identidades de gênero. Atua através de intervenção no âmbito da legislação e da formulação de políticas públicas, bem como por meio de ações que procuram visibilizar essa população e suas demandas e desconstruir preconceitos fortemente arraigados no social. (MEC, 2009, p. 134).

Antes de compreendermos os significados de cada letra da sigla, é preciso diferenciar os termos "Cis" e "Trans".

Cisgêneros "pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi determinado quando de seu nascimento". (JESUS, 2012, p. 14).

Já o termo **Transgênero** identifica as "pessoas cujo comportamento de gênero apresenta não conformidade em relação ao modelo binário homem-mulher em vigor na sociedade". (LANZ, 2016, p. 208).

Vamos então as definições da sigla (HMC, 2016):

L

Lésbicas: mulheres (cisgêneras ou transgêneras) que sentem atração sexual, física e afetiva por outras mulheres. O significado da palavra lésbica vem do grego, mais especificamente da ilha de Lesbos, onde vivia a poetisa Safo, nascida em 630 antes de Cristo, famosa por seus poemas dedicados a outras mulheres.

G

Gays: homens (cisgêneros ou transgêneros) que sentem atração sexual, física e afetiva por outros homens. Apesar de ser usada para homossexuais do sexo masculino também pode ser utilizada para lésbicas.



Figura 16.
Um Romance nas entrelinhas (2019). A história não contada do fascinante envolvimento amoroso entre a lendária escritora Virginia Woolf (Elizabeth Debicki) e a socialite e autora popular Vita Sackville-West (Gemma Arterton). Não indicado para menores de 14 anos.



Figura 17.
Com amor, Simon (2017). Um jovem esconde sua orientação sexual da família e amigos, até se apaixonar por um colega desconhecido pela internet. Interessante enredo pois mostra o medo e os anseios dos jovens ao assumirem suas orientações sexuais. Mostra também a importância do apoio familiar no momento de "sair do armário". Não recomendados para menores de 12 anos.

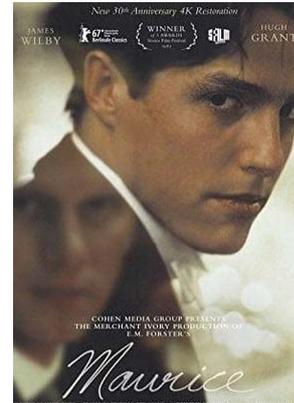


Figura 18.
Maurice (1987). Filme que se passa no início do século XX e mostra a estrutura da sociedade inglesa da época, onde gays eram presos e poderiam ser chicoteados ou forçados a trabalhos pesados. O termo INDIZÍVEL, é o fato que mais chocante, pois nem sequer se poderia pronunciar a palavra homossexual. Não indicado para menores de 14 anos.

B

Bissexuais: homens ou mulheres (cisgêneros ou transgêneros) que se relacionam afetiva e sexualmente com pessoas de ambos os sexos e gêneros.



Figura 19.
Margaritas com Canudinho (2015). Conta a história de uma menina com paralisia cerebral que se envolve com outra menina. Interessante enredo principalmente pela interseccionalidade de deficiência e sexualidade. Disponível na Netflix. Não recomendado para menores de 12 anos.



T

Transgêneros: É a pessoa (homem ou mulher) que não se identifica com o **gênero** que lhe foi atribuído no nascimento (pênis=homens; vagina=mulheres).

O termo "transgênero" é muito amplo referindo-se, inclusive, tanto a transexuais (e travestis) quanto a quaisquer outros indivíduos cuja identidade de gênero seja incongruente com o seu sexo biológico, levando-os a se tornarem transgressores da ordem binária de gênero a fim de se expressarem dentro da sociedade." (LANZ, 2014, p. 74).

T

Transexual: Pessoa (homem ou mulher) que possui uma identidade de gênero diferente do sexo designado no nascimento. Homens e mulheres transexuais podem (mas não é regra) manifestar o desejo de se submeterem a intervenções médico-cirúrgicas para realizarem a adequação de suas características físicas de nascença (inclusive genitais) à sua identidade de gênero constituída. Homens e mulheres trans podem ter orientações sexuais diversas: homossexuais, bissexuais, heterossexuais, ...



Figura 20.

A Garota Dinamarquesa (2016). Cinebiografia de Lili Elbe (Eddie Redmayne), que nasceu Einar Mogens Wegener e foi a primeira pessoa a se submeter a uma cirurgia de mudança de gênero. Em foco o relacionamento amoroso do pintor dinamarquês com Gerda (Alicia Vikander) e sua descoberta como mulher. Não recomendado para menores de 14 anos.



Figura 21.

Minha vida em cor de rosa (1997). Conta a história de Ludovic, uma criança que é vista pela família e comunidade como um menino, mas de forma consistente comunica ser uma menina.

T

Travesti: Pessoa que nasce com genitais masculinos,mas assumem papéis de gênero diferentes. Muitas travestis modificam seus corpos através de hormonioterapias, aplicações de silicone e/ou cirurgias plásticas, porém vale ressaltar que isso não é regra para todas (Definição adotada pela Conferência Nacional LGBT em 2008). As travesti "vivenciam papéis de gênero feminino, mas não se reconhecem como homem ou mulher, entendendo-se como integrante de um terceiro gênero ou de um não-gênero". (JESUS, 2012, p.16).

Ao contrário do imaginário do senso comum, ser uma travesti não se resume ao uso da vestimenta do gênero oposto ao designado no nascimento, à modificação corporal ou meramente à expressão de gênero feminina. É o reconhecimento de um outro corpo possível, legítimo, para além do que está normatizado. É a constituição de uma identidade social e política. (BENEDETTI, 2020).

Por muito tempo a diferença entre travestis e transexuais esteve atrelada às mudanças corporais, o que, na atualidade, está sendo discutido, pois não há consenso nesse sentido. Dizer que transexuais se sentem insatisfeitas com o seu sexo biológico enquanto travestis não tem esse problema está errado, pois muitos e muitas transexuais não têm problema algum com seu corpo, e nem mesmo pretendem fazer cirurgias de redesignação sexual. Há mulheres e homens transexuais que não tem problema algum com suas genitálias, mas nem por isso deixam de se identificarem como pessoas trans. Assim como travestis podem sentir necessidade de realizar cirurgias redesignadoras sexuais e mudanças corporais.

Para Benevides (2021), a **travestilidade está mais para uma identidade**, que também é política, e produtora de uma cultura própria que **rompe com os signos binários de macho e fêmea** ou homem e mulher.

De forma geral,

Ambos os termos, são como sinônimos sem que signifiquem exatamente a mesma coisa. Não existe hierarquia entre elas. Não existe diferença física. É uma forma íntima e pessoal de se perceber na sociedade. (BENEVIDES, 2020).

É necessário, também, lembrar que tanto transexuais e travestis vivem outros aspectos de sua humanidade além dos relacionados à sua identidade de gênero: elas e eles têm raça, classe, religião, idade, família, para além da transexualidade e travestilidade. (JESUS, 2012).



Figura 22.
Luma Nogueira de Andrade (UNILAB), primeira doutora travesti a fazer parte do quadro de docentes efetivos de uma universidade pública federal.

Figura 23.
Dzi Croquettes – Grupo carioca irreverente, alinhado à contracultura, à criação coletiva e ao teatro vivencial, que faz da homossexualidade e da travestilidade uma bandeira de afirmação de direitos. Documentário disponível no Youtube: <https://bit.ly/3hNkriY>. Não recomendado para menores de 10 anos.



Q

Queer: a palavra **queer** originalmente significava "estranho", "fora do normal". Por muitos anos, foi usada de forma pejorativa para designar pessoas LGBTQI+. Até que, na década de 1990, ganhou notoriedade com a Teoria Queer, de Judith Butler. Hoje em dia é usada como um "guarda-chuva", para todos os gêneros que não estão inclusos na sigla, inclusive heterossexuais que não se enquadram no padrão imposto. É considerado um símbolo da não conformação a estereótipos de sexo, gênero e orientação sexual.

Intersex – Intersexual: Antigamente eram conhecidos como hermafroditas. São pessoas que nascem com características de ambos os

Figura 24.
XXY (2007). Alex nasceu com ambas as características sexuais. Tentando fugir dos médicos que desejam corrigir a ambiguidade genital da criança, seus pais a levam para um vilarejo no Uruguai. Disponível na Netflix. Não recomendado para menores de 16 anos.



genitais – masculino e feminino – ou uma combinação dos dois. Ao nascerem, muitas vezes, a genitália fica indefinida se é pênis ou vagina. Apesar de o Conselho Federal de Medicina dar suporte para que sejam feitos procedimentos para a definição de sexo e gênero do bebê, atualmente é um coinsenso entre muitos que não é necessária a cirurgia, a não ser em casos que possam pôr em risco a vida da criança, e que é possível esperar até que a própria pessoa possa expressar sua identidade feminina, masculina ou nenhuma das duas. (Gaudenzi, 2018).

A

Assexual: São homens ou mulheres que não sentem atração ou desejo sexual por nenhum sexo. Alguns podem, no entanto, sentirem vontade e/ou necessidade de relacionamentos afetivos e sentimentos românticos, ainda que sem vontade de praticar o ato sexual.

C

Crossdresser: crossdressers usam ocasionalmente roupas do gênero oposto, mas não sentem a necessidade de fazer modificações físicas permanentes, como os transgêneros. Vale lembrar que essa prática nada tem a ver com orientação sexual, mas sim uma questão de **comportamento**. Não se deve confundir com trans ou travestis.

D

Drag queen: Em grande parte são homens cis que se vestem com roupas do sexo oposto, de forma extravagante e satírica. É uma expressão artística. Atualmente, há diversos outros tipos de drag queens que não necessariamente utilizam o humor como base para as performances, como a cantora Pablllo Vittar.



Figura 25.

RuPaul's Drag Race – Série com 12 temporadas disponíveis na Netflix. A 13ª temporada terá, pela primeira vez um homem trans. Não recomendado para menores de 14 anos.



D

Drag king: Mulheres que, em geral, usam roupas e acessórios exageradamente masculinos para se expressar artisticamente. Não há muita visibilidade de drag kings no Brasil.

P

Pansexual: São pessoas (homens e mulheres) que se sentem atraídas sexual, física e afetivamente por todos os tipos de gêneros e identidade de gêneros. Há muitos mitos e inverdades em relação às pessoas pansexuais, como, por exemplo, fazer sexo com árvores ou animais. É preciso estar atento(a) para não propagar esse tipo de estereótipo.

G

Gender fluid ou gênero fluído ou não binário: São pessoas que rejeitam os rótulos pré-estabelecidos para os gêneros masculino e feminino, por os considerarem limitantes. Na dúvida, quando uma pessoa se denomina não binária, é importante sempre perguntar como quer ser identificada.

A

Andrógino: Androgenia é um termo referente as vestimentas e não necessariamente a orientação sexual e gênero. São pessoas que usam roupas (por vezes maquiagem) comuns aos dois gêneros. O termo andrógino era muito usado entre as décadas de 1960 e 1980 para designar artistas como David Bowie, Boy George, Annie Lennox e Prince.



Figura 26.
Murray Hill – Murray Hill é um comediante de Nova York e artista drag king.





Figura 27.
Annie Lenox.



Figura 28.
Boy George.

D

Demisexual: São pessoas que sentem atração física depois de fortalecer uma atração ou apreciação em relação às qualidades emotivas ou intelectuais, indiferente do sexo ou gênero.

G

Goy: Homens que se relacionam sexualmente com outros homens mas repelem o rótulo de gay, pois não envolve penetração. As relações entre goys podem ser de âmbito emocional, romântico ou sexual, mas nunca com penetração.

2. Outras denominações

T-Lover: Pessoas que se sentem atraídas por transexuais ou travestis.

2/Two-Spirit (Dois Espíritos): Utilizado por nativos norte-americanos para representar pessoas que acreditam ter nascido com espíritos masculino e feminino dentro delas.

HSH: Homens que fazem sexo com homens. Termo utilizado na medicina, especificamente na área de HIV/AIDS.

Agênero: pessoas que não querem ser identificadas por nenhum gênero. Categoria muito próxima dos Não-binários.



Você sabia?

Bandeira do arco-íris – símbolo do movimento LGBTQI+

A bandeira do arco-íris foi desenvolvida pelo artista estadunidense Gilbert Baker, em 1978, com o intuito de representar a diversidade, sexualidade e direitos humanos. A primeira bandeira possuía oito cores, algum tempo depois a bandeira foi reduzida a seis cores, sem o rosa e o anil. O azul também substituiu o turquesa. É considerado um dos principais símbolos da libertação da opressão historicamente sofrida pelos homossexuais na humanidade.



Figura 29. Imagem de adaptada de <https://bit.ly/3eU7vpl>.

Pronomes e artigos – qual devo usar?

A utilização do pronome correto ao se comunicar com uma pessoa é sinônimo de **informação**, mas muito mais de **respeito** pela identidade de gênero que a pessoa se identifica. Em geral deve-se usar o **pronome ou artigo feminino** (a, ela) para **mulheres cis e transgêneros**, e o **pronome ou artigo masculino** (o, ele) para **homens cis ou transgêneros**. Caso não haja certeza do gênero da

pessoa pode-se perguntar, gentilmente e naturalmente, como ela/ele gostaria de ser tratado(a) ou chamado(a).

Utilizar o termo homoafetivo está correto?

O termo homoafetivo está ligado aos relacionamentos afetivos de pessoas do mesmo sexo e /ou gênero. Conforme a ABGLT,

Adjetivo utilizado para descrever a complexidade e a multiplicidade de relações afetivas e/ou sexuais entre pessoas do mesmo sexo/gênero. Este termo não é sinônimo de homoerótico e homossexual, pois conota também os aspectos emocionais e afetivos envolvidos na relação amorosa entre pessoas do mesmo sexo/ gênero. É um termo muito utilizado no mundo do Direito. **Não é usado para descrever pessoas, mas sim as relações entre as pessoas do mesmo sexo/gênero. (ABGLT, 2010).** (Grifos nossos)

Importante salientar que o termo **homoafetivo não é sinônimo de orientação sexual e/ou de gênero**, pois nem todas as pessoas LGBTQI+ querem/procuram um relacionamento afetivo. Muitas vezes **as relações se baseiam em desejos, atrações, tesão**, não passando dessa esfera da vida individual.

Gay

Originalmente deriva do inglês e significa "alegre, jovial". Começou a ser utilizada para se referir aos homossexuais masculinos, pois estes se expressavam de forma extrovertida, uma maneira de ultrapassar os padrões sociais. "A mudança do significado para homossexual "remonta aos anos 1930 (...) e se estabeleceu nos anos 1960 como o termo preferido por homossexuais para se autodescreverem" (REIS, 2018, p. 22), enquanto que para mulheres o mais usual é a palavra lésbica.

Comunidade LGBTQI+

Dentro da comunidade LGBTQI+ há diversas tensões entre seus membros, devido às constantes discussões sobre os padrões estabelecidos socialmente. Assim, as pessoas que demonstram mais sua identidade são taxadas de "afeminados" e acabam sendo discriminadas dentro da comunidade. Estes, por sua vez, criticam as pessoas que seguem uma vida às escondidas, ou que

lutam por manter um comportamento social e cultural nos padrões heterossexuais. Outras tensões existem entre as pessoas de cor/raça que não a branca. Assim como em outras instâncias, o preconceito pode ser menor ou maior, e isso depende das condições sociais, cor/raça/etnia, religião, etc. Neste sentido, muitos autores discutem a interseccionalidade entre sexualidade, cor/raça, condições sociais, expressões de gênero, etc.

Vale

O termo "**Vale**" é usado pela comunidade LGBTQI+ como um lugar imaginário onde todos e todas viveriam juntos, felizes e livres. Porém, inicialmente, era utilizado como sátira a uma pastora que disse ter ido ao inferno e visto o "**vale dos homossexuais**", onde havia muito sofrimento e dor. Para a pastora, o vale seria uma parte do inferno reservado somente às pessoas LGBTQI+.



Para saber mais!

Livros

Figura 30.
Homofobia: História e crítica de um preconceito
Daniel Borrillo

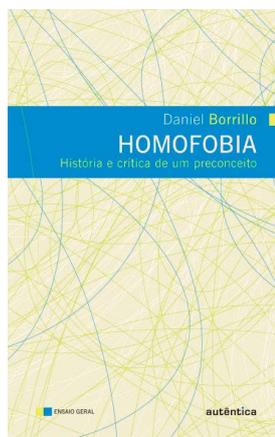


Figura 31.
A construção da igualdade: Política e identidade homossexual na Brasil da "abertura"
Edward Macrae

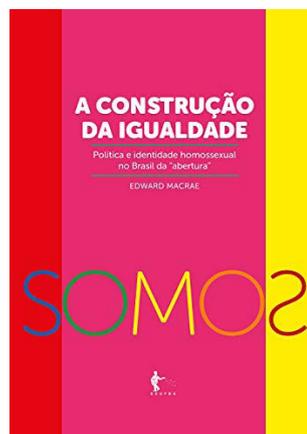


Figura 32.
Um livro para ser entendido
Pedro HMC



Figura 33.
Devassos no Paraíso: A Homossexualidade no Brasil, da Colônia à Atualidade

João Silvério Trevisan

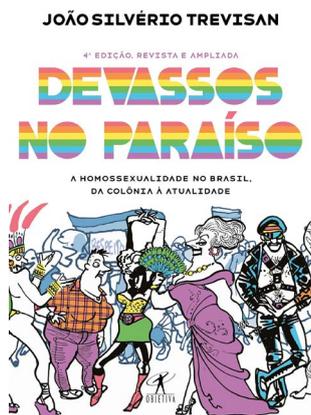


Figura 34.
História do Movimento LGBT no Brasil

James N. Green, Marcio Caetano, Marisa Fernandes, Renan Quinalha e Edward Macrae



Artigos

- **Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais** – Helena Hirata. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ts/v26n1/05.pdf>
- **Juventudes Negras Lgbtqi+ no Brasil: Violências e (In)Visibilidade Estatística e Social da Letalidade e Urgência de Abordagem Interseccional** – Adiel Péricles Conceição Reis e Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti.

Referências

ABGLT – **Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais**. Disponível em: <https://www.abglt.org/> Acesso em: 04 de março de 2021.

BENEDETTI, Bruna G. **Travesti ou Transexual, tem diferença?** Disponível em: <https://brunabenevidex.medium.com/travesti-ou-transexual-tem-diferen%C3%A7a-f8166e67e1bc>. Acesso em 30 de set. de 2021.

CAMPOS, Lorraine Vilela. "**Cisgênero e Transgênero**"; **Brasil Escola**. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/sexualidade/cisgenero-transgenero.htm>. Acesso em 21 de janeiro de 2021.

GAUDENZI, Paula. **Intersexualidade: entre saberes e intervenções**. Caderno de Saúde Pública, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v34n1/1678-4464-csp-34-01-e00000217.pdf> Acesso em: 21 de jan. de 2021.

LANZ, Letícia. Ser uma pessoa transgênera é se um 'nao-ser". **Periódicus**, Salvador, n. 5, v. 1, maio-out, 2016.p. 205-220. Revista de estudos interdisciplinares em gêneros e sexualidades. UFBA. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/17188/11343>. Acesso em 30 de set. de 2021.

LANZ, Leticia. **O corpo da roupa: a pessoa transgênera entre a conformidade e a transgressão das normas de gênero**. Uma introdução aos estudos transgêneros. Curitiba: Transgente, 2015. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/36800/R%20-%20D%20-%20LETICIA%20LANZ.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 30 de set. de 2021.

HMC, Pedro. **Um livro para ser entendido**. São Paulo: Planete, 2016.

MEC. **Gênero e diversidade na escola: formação de professoras/es em Gênero, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais**. Livro de conteúdo. Versão 2009. – Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: SPM, 2009. Disponível em: <https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/handle/192/655> Acesso em 21 de jan. de 2021.

REIS, Toni. (org.) **Manual de Comunicação LGBTI+**. Curitiba: Aliança Nacional LGBTI/GayLatino, 2018. Disponível em: <https://www.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/2018/05/manual-comunicacao-LGBTI.pdf> Acesso em: 20 de jan. de 2021.

Figuras

Figuras 16. Disponível em: <https://bit.ly/2UPU1V0>

Figuras 17, 19, 20, 21, 23 e 24. Disponível em: <https://www.adorocinema.com/>

Figura 18. Disponível em: <https://www.imdb.com/title/tt0093512/>

Figura 22. Disponível em: <https://bit.ly/3x3RfbU>

Figura 25. Disponível em: <https://bit.ly/36XBus7>

Figura 26. Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/Drag_king

Figura 27. Disponível em: <https://bit.ly/3zAR0GI>

Figura 28. Disponível em: <https://bit.ly/2V8MGQ7>

Figura 30. Disponível em: <https://bit.ly/2Wb9cbw>

Figura 31. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/yn5sj>

Figura 32. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/yn5sj>

Figura 33. Disponível em: <https://bit.ly/2WIJQYH>

Figura 34. Disponível em: <https://bit.ly/3x1Bd21>

Capítulo 3

Causas e consequências da LGBTQIfobia

Comumente é utilizado o termo "homofobia" pelos principais autores citados nesse módulo, porém Borrillo (2016) esclarece que seria importante utilizar os termos gayfobia, lesbofobia, transfobia, etc. Salientamos que mesmo quando utilizarmos o termo homofobia, de forma alguma estaremos menosprezando ou diminuindo a força discriminatória que esse preconceito acarreta em todos e todas que não se integram nos pressupostos da heterossexualidade como forma correta de viver a sexualidade e o gênero.

O termo LGBTQIfobia tem sido utilizado como aversão, discriminação e preconceito com pessoas que possuem orientação sexual diferente da heterossexual, porém o autor Rogério Diniz Junqueira vai além, e explicita que a LGBTQIfobia não só é usado contra pessoas LGBTQI+ como também para pessoas que não se enquadram nos modelos de masculinidade e feminilidade, como homens que aparentam ser mais frágeis ou mulheres com personalidade mais forte, por exemplo.

O termo "homofobia" é comumente usado em referência a um conjunto de emoções negativas (tais como aversão, desprezo, ódio, desconfiança, desconforto ou medo), que costumam produzir ou vincular-se a preconceitos e mecanismos de discriminação e violência contra pessoas homossexuais, bissexuais e transgêneros (em especial, travestis e transexuais) e, mais genericamente, contra pessoas cuja expressão de gênero não se enquadram nos modelos hegemônicos de masculinidade e feminilidade. A homofobia, portanto, transcende a hostilidade e a violência contra LGBT e associa-se a pensamentos e estruturas hierarquizantes relativas a padrões relacionais e identitários de gênero, a um só tempo sexista e heteronormativo. (JUNQUEIRA, 2007, p. 60).

Para Borrillo (2016) o termo homofobia possui dois aspectos diferentes da mesma realidade: a dimensão pessoal (natureza afetiva), que se expressa pela rejeição aos homossexuais e a dimensão cultural (natureza cognitiva), onde a rejeição não é o homossexual

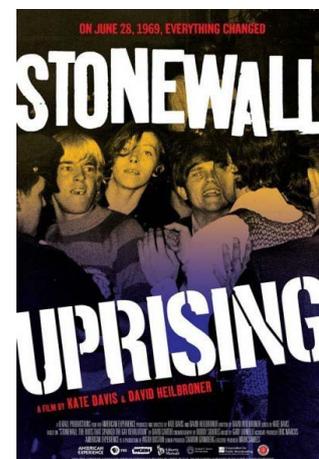


Figura 35.
A Revolta de Stonewall (2010). Filme que nos faz entender o contexto da revolta de Stonewall e o quanto ela foi importante para a construção dos direitos civis das pessoas LGBTQI+.

Disponível no Youtube:
<https://bit.ly/3es9Bws>



enquanto pessoa, mas a homossexualidade enquanto fenômeno psicológico e social. Para o autor, essa distinção nos permite entender o porquê muitas vezes, nas sociedades modernas, se tolera e até mesmo se simpatiza com os homossexuais, porém considera inaceitável qualquer política de igualdade a seu respeito.

O mesmo autor designa como homofobia irracional as atitudes negativas em relação aos homossexuais que tem origens em conflitos individuais; e homofobia cognitiva as manifestações que exercem suas violências cotidianamente, de forma eufemística e de cunho social, que pretende perpetuar a diferença entre homossexuais e heterossexuais. Nessa última forma ninguém rejeita os homossexuais, porém ninguém acha estranho o fato de que estes/estas não usufruam dos mesmos direitos reconhecidos aos heterossexuais.

A despeito de sua estreita relação, a homofobia individual (rejeição) e a homofobia social (supremacia heterossexual) podem funcionar distintamente e existir de forma autônoma. **(BORRILLO, 2016, p. 87).**

Para justificar as causas da homofobia, Borrillo (2016), aponta que a hostilidade em relação aos homossexuais ou a quaisquer indivíduos que não se adequem aos papéis socialmente impostos pelo sexo biológico tem a ver com a construção da identidade masculina. Assim, a lógica da binariedade funciona por antagonismo: homem é o oposto da mulher; heterossexual é o oposto do homossexual. Para uma sociedade androcêntrica, onde o masculino é o único modelo de representação coletiva, sendo os comportamentos, pensamentos ou experiências, associados ao sexo masculino, que devem ser tidos como padrão, toda e qualquer atitude que se assemelhe a feminilidade

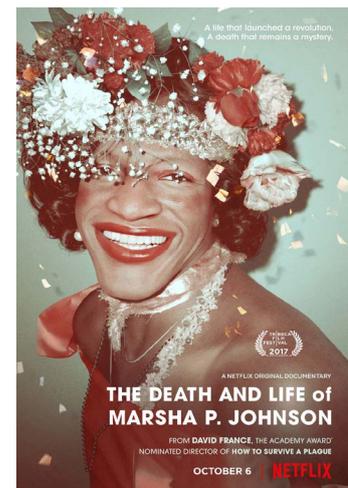


Figura 36.

A morte e vida de Marsha P. Johnson (2017). A ativista e travesti Marsha P. Johnson, uma das mais importantes personagens na Rebelião de Stonewall, em 1969, um marco da luta da comunidade LGBTQI+, foi encontrada morta em 1992, com apenas 46 anos. Disponível na Netflix. Não recomendado para menores de 16 anos.

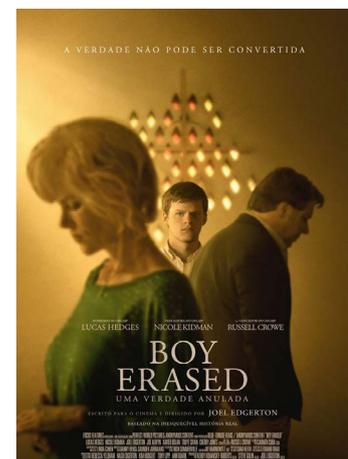


Figura 37.

Boy Erased: Uma verdade anulada. (2018). Um jovem gay, filho de um pastor Batista, é levado pela família para terapia em busca da cura gay. Não recomendado para menores de 14 anos.

é vista como uma "traição" ao masculino, e deve ser condenada.

Borrillo (2016) afirma que existe uma estreita ligação entre a homofobia e a dificuldade extrema de os homens estabelecerem relações de intimidade entre eles e ao incômodo que sentem em manifestar seus sentimentos.

Essa barreira em relação à intimidade parece encontrar sua origem na socialização masculina: a competição, a forte apreensão relativamente à demonstração de vulnerabilidade, o controle dos sentimentos, e a homofobia constituem os elementos que modelam o jeito de ser homem. (BORRILLO, 2016, p. 89).

Outra causa provável para a homofobia, segundo Borrillo, tem a ver com esta sendo guardiã do diferencialismo sexual, visto que a crença exclusiva na existência de dois sexos, onde cada indivíduo é essencialmente masculino ou feminino, permite a reprodução de uma ordem sexual apresentada como a única a ser aceita e a única correta.

A opinião sobre a diferença entre os sexos baseia-se na ideia de que a natureza biológica dos seres determina uma forma específica de atribuição social, de tal modo que a posse de órgãos genitais, masculinos ou femininos, legitimaria um tratamento jurídico diferenciado: assim, a mulher é definida como radicalmente distinta do homem, além de ser pensada através de sua função reprodutora. [...] Essa estranha operação intelectual permite ordenar um dispositivo de papéis e status no âmago do qual os indivíduos haveriam de se inserir naturalmente. (BORRILLO, 2016, p. 91).

Seguindo essa lógica, é possível inferir que pessoas que não se inserem "naturalmente" nessa lógica estariam contrariando esses dispositivos de ordenação, e questionando a dicotomia masculino/feminino, suporte da atual ordem sexual. Sendo assim, esses/essas indivíduos devem ser considerados párias para a sociedade e para a ordem sexual estabelecida, e por isso devem sofrer as consequências por tal atitude. Esse seria o "fantasma



Figura 38.
Além das 7 Cores (2021).
Curta-metragem. Imersa na movimentada cena noturna da região da Rua Augusta, Daniela Glamour Garcia nos conduz nesta crônica queer sobre os conflitos de quem decide viver à margem do que é considerado "normal" pela maioria.

Disponível no Youtube:
<https://bit.ly/3imcuAf>

da desintegração psíquica e social", segundo Borrillo (2016), visto que o prazer homossexual é tido como egoístico, pois ao comparar com a heterossexualidade esta é vislumbrada como a única forma de sexualidade capaz de associar prazer e reprodução da espécie.

Legitimar a homossexualidade equivale a colocar em perigo a sociedade. O amor por si e a sexualidade primitiva atribuídos ao desejo homossexual devem ser mantidos a distância, sob pena de implicar a desintegração cultural da sociedade. Esse raciocínio baseia-se em uma teoria da defesa da sociedade (heterossexual) a partir da qual – no pressuposto de que a ordem antropológica (heterossexual) é ameaçada pelo indivíduo – é a heterossexualidade que deve necessariamente prevalecer. (BORRILLO, 2016, p. 96).

As consequências de atitudes LGBTQIfóbicas podem ser as mais diversas possíveis, desde agressões físicas, verbais, psicológicas, segregação de instituições como igrejas, escolas e no ambiente de trabalho. Pode ser de forma velada ou explícita. Em reportagem da UOL, intitulada "Porradas e Humilhações", foram entrevistadas diversas pessoas que relataram as diversas formas de agressões, físicas e psicológicas, em diversas instâncias da sociedade: um padrasto que batia no enteado quando a mãe não estava perto por ele ter um jeito delicado ou fazer brincadeiras consideradas femininas; um jovem do sexo masculino que sofreu *bullying* na escola e no trabalho e desenvolveu depressão por conta disso; agressões ao sair de festas noturnas; discriminação em mídia social de um casal lésbico que protagonizou uma propaganda fotográfica; expulsão, com anúncio público, de uma igreja cristã de um jovem devido sua orientação sexual, são exemplos citados na referida reportagem.



Figura 39.

Pose (2018). Série com 2 temporadas. Conta a história e a cultura dos Bailes em Nova York nos anos 80 e 90, bem como a epidemia da AIDS afeta a comunidade LGBTQI+. disponível na Netflix. Não recomendado para menores de 16 anos.

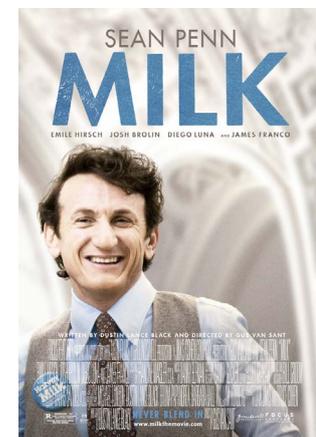


Figura 40.

MILK – A voz da Igualdade (2008). História de Harvey Milk, o primeiro gay assumido a alcançar um cargo público de importância nos Estados Unidos, em 1977. Disponível na Netflix.

Em um estudo divulgado no final de janeiro de 2016 pelo *Center for Talent Innovation*, "61% dos funcionários LGBT no Brasil dizem esconder sua sexualidade para colegas e gestores" (2016), por medo de sofrerem discriminação e perderem seus cargos. Esse número é um alerta de que a população LGBTQI+ ainda não conseguiu avançar na conquista de sua cidadania plena, onde está inserido o trabalho, que como cita Moura é

[...] socialmente justo que todos trabalhem, porque é um direito subjetivo de todos os cidadãos, mas também é uma obrigação coletiva porque a partir da produção de todos se produz e se transforma a existência humana e, nesse sentido, não é justo que muitos trabalhem para que poucos enriqueçam cada vez mais, enquanto outros se tornam cada vez mais pobres e se marginalizam – no sentido de viver à margem da sociedade. (2007, p. 21).

Segundo notícia veiculada pelo Rede Brasil Atual, em um seminário realizado em São Paulo, DIEESE e CUT informaram que 18 milhões de pessoas LGBTQI+ poderiam se somar à força de trabalho no país, mas devido ao preconceito ainda existente acabam marginalizadas, desempregadas ou na informalidade. (2019)

A sexualidade humana, "a partir das mais diversas perspectivas, ela vem sendo descrita, compreendida, explicada, regulada, saneada, educada, normatizada." (LOURO, 2018, p. 25).

Ainda segunda a mesma autora,

Se, nos dias de hoje, ela continua alvo da vigilância e do controle, agora ampliaram-se e diversificaram-se suas formas de regulação, multiplicaram-se as instâncias e as instituições que se autorizaram a ditar-lhe as normas, a definir-lhe os padrões de pureza, sanidade ou insanidade, a delimitar-lhe os saberes e as práticas pertinentes, adequados

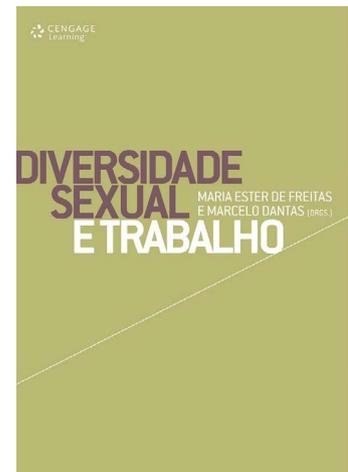


Figura 41.
Diversidade sexual e trabalho. Maria Freitas e Marcelo Dantas (Organizadores). São Paulo, Cengage Learning, 2012.



Figura 42.
Dicas de Segurança LGBTI. Cartilha organizada pela Rede Nacional de Operadores de Segurança Pública LGBTI. RENASP – 2ª edição – 2018.

Disponível em: <https://bit.ly/2ThWMO1>

ou infames. Ao lado de instituições tradicionais como o Estado, as igrejas ou a ciência, agora outras instâncias e outros grupos organizados reivindicam, sobre ela, suas verdades e sua ética. (LOURO, 2018, p. 25).

Com tantas hostilidades presentes, uma consequência é o desenvolvimento da denominada homofobia internalizada,

[...] que se refere ao medo do preconceito em razão do sujeito homossexual ter internalizado o estigma social associado à sua orientação sexual". A homofobia internalizada pode promover também o isolamento social dos indivíduos perante seus pares quando eles passam a considerar negativamente os outros homossexuais, ou então, situações de exclusão e violência dentro da comunidade LGBT que, somadas às reações negativas de outros indivíduos do convívio social dos homossexuais, podem afetar-lhes a qualidade de vida e as condições de saúde. (BRAGA; OLIVEIRA; SILVA; MELLO; SILVA, 2018, p. 1296).

Se a sociedade se baseia nos ideais da superioridade psicológica e cultural da heterossexualidade, os conflitos internos tendem a ser cada vez mais graves para pessoas LGBTQI+. Esses/essas crescem e vivem num ambiente abertamente hostil a sua sexualidade. A interiorização dessa violência, sob as mais diversas formas, impele que LGBTQI+ tenham lutar contra seus desejos e afetos, causando graves distúrbios psicológicos, como sentimento de culpa, ansiedade, vergonha e depressão, e muitas vezes, pelo peso insuportável de conviver com este estereótipo de incapacidade de ter uma vida afetiva plena e feliz, pode levar ao suicídio. (BARRILLO, 2016).



Você sabia?

- O termo homossexualismo tem um significado patológico, portanto não é correto utilizá-lo. No Brasil, a despatologização da homossexualidade ocor-



Figura 43. **Manual de Comunicação LGBTI+**. Este Manual visa apresentar a terminologia mais atualizada sobre a população lésbica, gay, bissexual, travesti, transexual e intersexual (LGBTI+). Conta ainda com as definições de sexualidade, gênero e sexo biológico, orientação sexual identidade e expressão de gênero, entre outras tantas informações necessárias para trabalhar com respeito as diversidades sexuais e de gênero.

Disponível em: <https://bit.ly/36FPSW7>

reu em 1985, retirando da Classificação Internacional de doenças (CID), que tratava a orientação sexual como transtorno e desvio sexual.

- Em 2011 foi reconhecida a união estável entre pessoas do mesmo gênero, também chamada no âmbito jurídico de união homoafetiva.
- Em 2013 foi aprovado o Casamento Civil entre pessoas do mesmo gênero pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) através da Resolução nº 175, de 14 de maio de 2013. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/1754>
- Em 2019 o STF aprovou a Criminalização da Homofobia e Transfobia através da equiparação da homofobia e a transfobia aos crimes de racismo (Lei 7.716/1989) até que o Congresso Nacional edite lei específica sobre a matéria.



Para saber mais!

Vídeos



Figura 44.
Segreto e Proibido (2020). Documentário que conta a história de duas mulheres que viveram juntas por muitos anos sem contarem a ninguém, até que resolvem "sair do armário" depois de idosas. Disponível na Netflix. Não recomendado para menores de 12 anos.



Figura 45.
Nanette – com Hannah Gadsby (2018). A comediante australiana Hannah Gadsby reinventa o stand-up, misturando piadas com revelações pessoais sobre gênero, sexualidade e problemas da infância. Disponível na Netflix. Não indicado para menores de 16 anos.

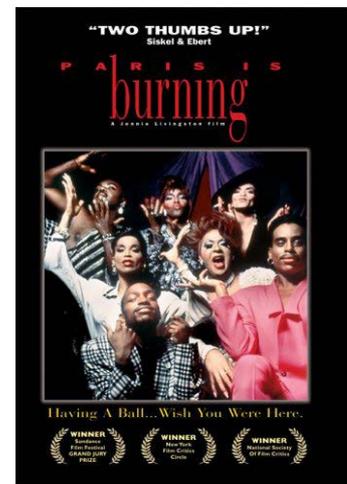


Figura 46.
Paris is Burning (1990). O filme mostra histórias de gays e trans de Nova Iorque do final dos anos 80. De gente que foi despejada de casa até os mais maduros, que acolhem e aconselham os mais jovens. Disponível no youtube: <https://bit.ly/3ew8xYB> e também na Netflix.



Figura 47.
Bichas, o documentário (2016). Um filme que fala, antes de tudo, de amor. Para ser mais exato: de amor próprio.

Disponível no Youtube:
<https://bit.ly/3inunyl>.



Figura 48.
Tatuagem (2013). Recife, 1978, em plena Ditadura Militar, o homossexual Clécio mistura cabaré, nudez, humor e política para criticar o regime autoritário que impera no Brasil. Disponível na Netflix. Não recomendado para menores de 16 anos.

Artigos/notícias

- **LGBT e mercado de trabalho: uma trajetória de preconceitos e discriminações.** Disponível em: <https://bit.ly/36KvzGN>
- **Estratégia de Sobrevivência dos Gays no Ambiente de Trabalho.** Disponível em: <https://bit.ly/3hLIKh5>
- **Porradas e humilhações.** Reportagem de Lucas Borges Teixeira. Publicada em: 13 de jun. de 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3rg3G2V>
- **61% dos LGBTs do país escondem sua orientação no trabalho.** Revista Exame. Disponível em <https://bit.ly/3kuWvCO>

Referências

BORRILLO, Daniel. **Homofobia**: História e crítica de um preconceito. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. 1 Ed. 3 reimp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

BRAGA, Iara Falleiros; OLIVEIRA; Wanderlei Abadio de; SILVA, Jorge Luiz; MELLO, Flávia Carvalho Malta de; SILVA, Marta Angélica Iossi. Violência familiar contra adolescentes e jovens gays e lésbicas: um estudo qualitativo. **Revista Brasileira de Enfermagem (Internet)**. 1295-1305. 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/reben/v71s3/pt_0034-7167-reben-71-s3-1220.pdf. Acesso em: 22 de jan. de 2021.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. O reconhecimento da diversidade sexual e a problematização da homofobia no contexto escolar. *In*: **Corpo, gênero e sexualidade**: discutindo práticas educativas. RIBEIRO, Paula Regina Costa; SILVA, Méri Rosane Santos da; SOUZA, Nádia Geisa Silveira da; GOELLNER, Silvana Vilodre; SOUZA, Jane Felipe de. (Orgs). Editora da Furg. Rio Grande, 2007.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho**. Ensaios sobre sexualidade e teoria queer. 3 rev. amp. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

MOURA, Dante Henrique. Educação básica e educação profissional e tecnológica: dualidade histórica e perspectivas de integração. **Holos**, Ano 23, volume 2. 2007. disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/viewFile/11/110>. Acesso em 23 de jan. de 2021.

Figuras

Figura 35. Disponível em: <https://www.imdb.com/title/tt1562450/>

Figuras 36, 37, 39, 40, 46 e 48. Disponível em: <https://www.adorocinema.com/>

Figuras 38, 45, 47. Disponível em: <https://filmow.com>

Figura 41. Disponível em: <https://bit.ly/3iPbvbU>

Figura 44. Disponível em: <https://netflix.com.br>



Capítulo 4

**LGBTQIFOBIA no
contexto escolar**

No que tange às escolas as causas e consequências da homofobia ou LGBT-
Qlfobia não é nada diferente do restante da sociedade, até porque a escola
é um reflexo dessa sociedade, um pequeno espelho que reflete os mesmos
problemas enfrentados em todos os outros setores da vivência humana,
portanto, pode-se inferir que na escola as crianças, jovens e adultos, chegam
com suas crenças morais, religiosas, sociais, e também com seus conceitos
de certo ou errado.

Para Sérgio Carrara

O Brasil tem conquistado importantes resultados na ampliação do
acesso e no exercício dos direitos, por parte de seus cidadãos. No
entanto, há imensos desafios a vencer, quer do ponto de vista objetivo,
como a ampliação do acesso à educação básica e nível médio, assim
como do ponto subjetivo, como o respeito e a valorização da diversidade.
As discriminações de gênero, étnico-racial e por orientação sexual, como
também a violência homofóbica, são produzidas e reproduzidas em
todos os espaços da vida social brasileira. A escola, infelizmente, é um
deles. (CARRARA, 2009, p. 09).

A abordagem da sexualidade, na maioria das esco-
las, não costuma passar da descrição anatômica
e do estudo fisiológico dos aparelhos reprodutores
masculinos e femininos, métodos anticoncepcionais,
doenças sexualmente transmissíveis e gravidez na
adolescência. Quanto muito pode-se discutir a mastur-
bação. Esses assuntos são facilmente discutidos e
encontrados em qualquer livro didático das discipli-
nas de Ciências e Biologia, e obviamente, com suas
restrições, na internet. Essa abordagem reduzida,
simplificada, deixa de dar ao educando e educanda a
oportunidade de questionar suas possíveis diferenças
em relação ao outro e ao que é formalmente imposto
como normal. (STRAPAZZON, 2015).

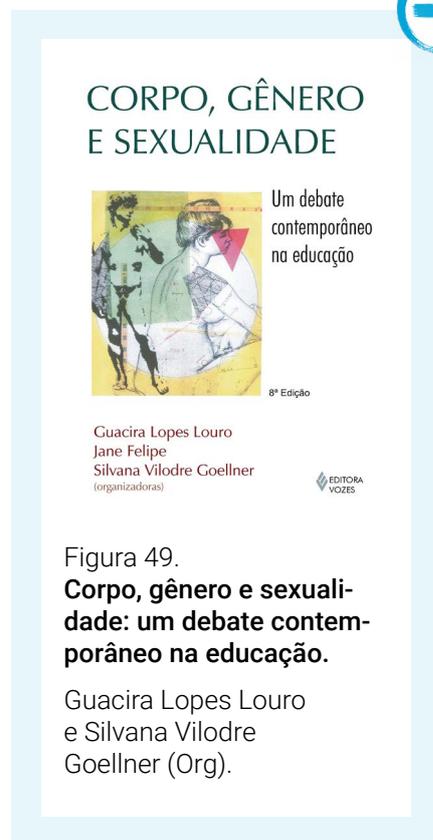


Figura 49.
Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação.

Guacira Lopes Louro
e Silvana Vilodre
Goellner (Org).



Junqueira (2009) utiliza-se da palavra "negação", em um artigo intitulado "Não temos que lidar com isso. Aqui não há gays nem lésbicas! – estados de negação da homofobia nas escolas", onde, a partir de fragmentos discursivos de gestores(as) e agentes públicos do campo da educação percebe-se que a escola não quer trabalhar com a diversidade sexual.

Dados de uma pesquisa realizada pelo Ministério da Educação (MEC) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), onde realizaram um estudo sobre o tema "Diversidade Sexual



Figura 51.
Hoje eu quero voltar sozinho (2014). Filme brasileiro. Conta a história de um adolescente cego, tenta lidar com a mãe superprotetora ao mesmo tempo em que busca sua independência. Quando Gabriel (Fabio Audi) chega na cidade, novos sentimentos começam a surgir em Leonardo, fazendo com que ele descubra mais sobre si mesmo e sua sexualidade. Não recomendado para menores de 12 anos.

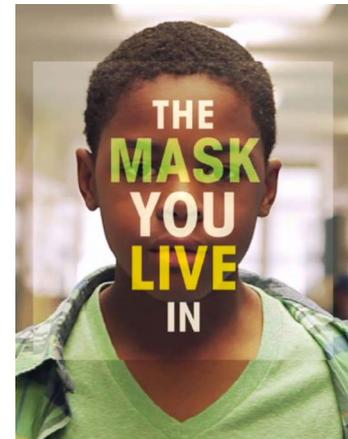


Figura 50.
The mask you live in (2015). Direção: Jennifer Siebel Newsom. Discute a formação e educação dos meninos nos Estados Unidos. Pode-se fazer um paralelo com a forma de educar os meninos no Brasil. Disponível na Netflix.

na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas", o qual faz parte da coleção "Educação para Todos" do MEC (MEC/UNESCO, 2009) salientam a homofobia nas escolas.

Para a realização desse estudo, a UNESCO em parceria com o MEC, realizaram em 2002 uma pesquisa sobre o "Perfil dos professores brasileiros", com mais de 5 mil professores e professoras da rede pública e privada. Os dados coletados foram analisados e publicados pelos autores Mary Garcia Castro, Miriam Abramovay e Lorena Bernadete da Silva na obra Juventudes e Sexualidade, onde se destaca que

Pais	Alunos	Docentes
<ul style="list-style-type: none"> ■ Os pais que mencionam que não gostariam que homossexuais fossem colegas de escola do seu filho chegam a cerca de 48% em Fortaleza, sendo que a menor expressão desse indicador de rejeição está em torno de 22% em Porto Alegre. 	<ul style="list-style-type: none"> ■ Cerca de ¼ dos alunos afirmam que não gostaria de ter um colega de classe que fosse homossexual, sendo que os percentuais extremos dessas respostas ficam, aproximadamente, entre 31%, em Fortaleza, e 23%, em Belém. ■ A discriminação contra alunos que são ou que são considerados homossexuais por parte dos colegas ocorre principalmente de forma velada, por meio de referências preconceituosas. A recorrência à linguagem pejorativa é comum nas violências contra homossexuais, com o intuito de humilhar, discriminar, ofender, ignorar, isolar, tirar e ameaçar. ■ Os homens têm mais preconceito do que as mulheres sobre o convívio com homossexuais. ■ Quando questionados sobre se não gostaria ter como colegas homossexuais, o percentual de respostas afirmativas varia entre as capitais, em cerca de 45%, em Vitória, e 34%, em Belém, para os meninos e entre 22%, em Recife, e 10%, no Rio de Janeiro, para as meninas. ■ Mais de 80 % dos alunos, em cada capital pesquisada, não assinalam a assertiva de que a homossexualidade é uma doença. Mas preocupam os percentuais dos que concordam: varia entre cerca de 18 % e 12%. O percentual de meninas que concordam que a homossexualidade é uma doença é sempre inferior ao dos meninos, para qualquer uma das cidades em estudo. 	<ul style="list-style-type: none"> ■ Alguns professores desempenham uma não assumida convivência com discriminações e preconceitos em relação a homossexuais, ao considerar que expressões de conotação negativa em relação a esses seriam brincadeiras, coisas sem importância. ■ Já entre os professores, a rejeição explícita aos homossexuais é mais baixa: cerca de 6% dos professores no Distrito Federal afirmam que não gostariam de ter homossexuais como seus alunos. No outro extremo, considerando as 14 cidades, encontra-se que tal percentagem de rejeição chega a cerca de 2% em Porto Alegre. ■ Os professores demonstram maior aceitação, contrariamente ao observado entre alunos e pais, os quais apresentam altas taxas de rejeição. ■ Alguns professores declaram que reconhecem que existe preconceito e discriminação na escola, mas que esses só se dariam nas relações entre alunos, negando a vigência desses nas interações entre professores e alunos. Contradizendo tal assertiva, vários alunos assinalam casos de discriminação explícita dos professores em relação a alunos homossexuais.

Em uma pesquisa bibliográfica realizada em 2018 por Rafael Porto Vieira; Sandra Regina Marcolino Gherardi e Mirlene Fátima Simões Wexell Severo, foram compilados dados sobre as causas da homofobia nas escolas, as quais entendemos mais significativas:

Escola/Políticas Públicas	Docentes
<ul style="list-style-type: none"> ■ silenciamento quanto à normalização dos corpos e das sexualidades; ■ reprodução da ideia de que existem sentidos e significados de masculinidade e feminilidade fixos que devem ser seguidos por homens e mulheres; ■ políticas e práticas de regulação e subjetivação corporal e de gênero; ■ políticas públicas e curriculares incipientes, que não inserem as temáticas de gênero e sexualidade de forma correta; ■ educação sexista; ■ práticas escolares heteronormativas; ■ políticas públicas parciais e excludentes, que afetam negativamente as populações que se localizam fora dos limites de uma norma heterossexual. 	<ul style="list-style-type: none"> ■ alguns professores(as) por não conseguirem separar suas convicções pessoais de suas práticas profissionais e sociais, expressam abertamente para seus(suas) alunos(as) suas opiniões e crenças religiosas, sendo possível desta forma, constatar práticas preconceituosas influenciadas por esses discursos e crenças; ■ medo por parte de docentes de serem acusados(as) de incentivar práticas homossexuais; ■ resistência dos agentes educacionais – gestores(as), coordenadores(as), professores(as), secretários(as) da educação – em dar visibilidade aos temas voltados à diversidade sexual.

(VIEIRA; GHERARDI; SEVERO. 2018, p. 75)

Junqueira (2009) traz reflexões pertinentes sobre as consequências da LGBT-
Qlfobia, visto que ela produz efeitos sobre todos os alunos e alunas, mas mais fortemente nas trajetórias educacionais e formativas e nas possibilidades de inserção social daqueles que estejam vivenciando os processos de construção da identidade de gênero e sexual, ou então que não se enquadram na normalidade imposta pela heteronormatividade. (p. 24).

Além das consequências acima citadas, Junqueira (2009) aponta que esse preconceito afeta o bem-estar subjetivo, incide no padrão das relações sociais entre estudantes e profissionais da educação, interfere no sucesso e rendimento escolar, produz intimidação, insegurança, estigmatização, segregação e isolamento, gera desinteresse pela escola e, desta forma, interfere na distorção idade-série, abandono e evasão escolar, prejudica a inserção no mercado de trabalho, vulnerabiliza física e psicologicamente, influencia negativamente na vida socioafetiva, dificulta a integração das famílias homoparentais e de



pais e mães transgêneros na escola e estigmatiza seus/suas filhos (as). Além disso, a escola corrobora, assim como outras instituições, ao processo de internalização da LGBTQIfobia, já discutida acima. (p. 24).

Outras consequências, não menos importantes, foram indicadas por Vieira; Gherardi e Severo (2018), quais sejam: agressão física, moral e psicológica; desafios de inclusão; impossibilidade de concluir o ciclo básico de ensino e dessa maneira não chegar a uma instituição de educação superior; desigualdade; críticas, comentários ofensivos; expulsão da escola e, portanto, impedimento de continuar a desenvolver o conhecimento na escola; constrangimentos; desrespeito as individualidades; estigmatização da sexualidade não heterossexual, inferiorização, opressão; dificuldades em conseguir ingressar nas instituições de educação e sensação de que a escola não é lugar para LGBT; insultos, sofrimento, violência física, social e verbal. (p. 75).

Além disso,

[...] é preciso não descurar que a homofobia, em qualquer circunstância, é fator de sofrimento e injustiça. Também por isso, o astucioso argumento de que ela seria "menos grave quando não produz baixo rendimento, evasão ou abandono escolar" deve ser enfaticamente repellido. (JUNQUEIRA, 2009, p. 26).

O autor segue informando que alunos e alunas homossexuais, bissexuais ou transgêneros, por estarem inseridos num contexto de stress, intimidação, assédio, não acolhimento e desqualificação permanentes, muitas vezes são levados (as) a abraçar a imagem de alunos(as) acima da média, com desempenho escolar irrepreensível. E na sequência esclarece outras situações:

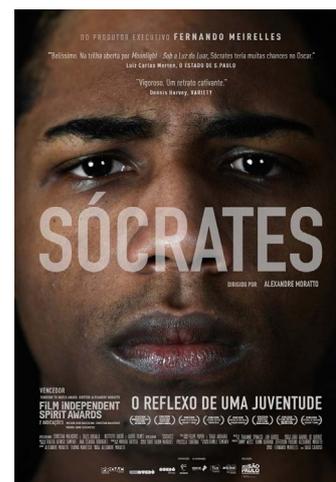


Figura 52. **Sócrates (2018)**. Depois da morte da mãe, Sócrates (Christian Malheiros), que foi criado apenas por ela durante os últimos tempos, luta para sobreviver em meio à miséria, ao racismo e à homofobia.



Figura 53. **Diversidade sexual nas Escolas: O que os profissionais da educação precisam saber**. A cartilha tem a intenção de "Sensibilizar os profissionais de educação sobre a importância das discussões acerca das diversas formas de expressão da sexualidade"

Disponível em: <https://bit.ly/3wPyPeJ>

Tal como ocorre com outras "minorias", esse/a estudante tende a ser constantemente impedido/a a apresentar "algo a mais" para, quem sabe, "ser tratado/a como igual". Sem obrigatoriamente perceber a internalização dessas exigências, é instado/a a assumir posturas voltadas a fazer dele/a: "o melhor amigo das meninas", "a que dá cola para todo mundo", "um exímio contador de piadas", "a mais veloz nadadora", "o goleiro mais ágil" etc. [...]. Trata-se, em suma, de esforços para angariar um salvo-conduto que possibilite uma inclusão (consentida) em um ambiente hostil. Uma frágil acolhida, geralmente traduzida em algo como: "É gay, mas é gente fina", que pode, sem dificuldade e a qualquer momento, se reverter em "É gente fina, mas é gay". E aí, o intruso é arremetido de volta ao limbo. (JUNQUEIRA, 2009, p. 26).

Para que essas consequências sejam, no mínimo atenuadas, em curto tempo, é necessário que haja um enfrentamento desse preconceito tão sórdido e por vezes tão velado. Em algumas escolas o trânsito aparentemente tranquilo de LGBTQI+ passa a ideia errônea de que o problema já foi resolvido, porém é preciso atentar que o que aparece aceitação, muitas vezes não é. (STRAPAZZON, 2015, p. 282).

A falta de solidariedade por parte de profissionais, da instituição e da comunidade escolar diante das mais corriqueiras cenas de assédio moral contra estudantes LGBT pode produzir ulteriores efeitos nos agressores e nos seus cúmplices. Além de encorajados a continuarem agindo, aquiescendo ou omitindo-se, são aprofundados em um processo de "alheamento". Este alheamento esvazia o sentido da vida, alimenta o cinismo, anestesia as sensibilidades em relação às injustiças, conduz à naturalização do inaceitável, produz uma resignação ao intolerável e mina os parâmetros éticos ainda subsistentes. (JUNQUEIRA, 2009, p. 27-28).

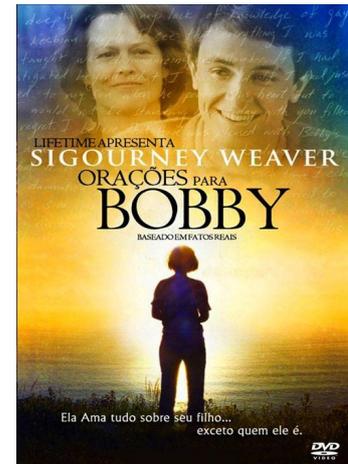


Figura 54.
Orações para Bobby (2009). Filme americano que retrata a dificuldade de se aceitar gay numa família cristã.

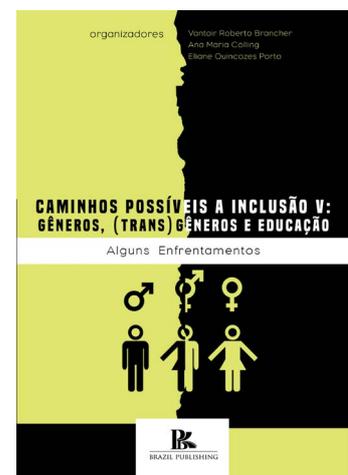


Figura 55.
Caminhos Possíveis à Inclusão V: gêneros, (trans)gêneros e educação – alguns enfrentamentos.

Vantoir Roberto Brancher
Ana Maria Colling Eliane
Quincozes Porto (Orgs.)

Disponível em: <https://bit.ly/3KBLpLY>

A LGBTQIfobia é uma força desumanizadora, que prejudica a construção de uma sociedade igualitária, democrática e plural. A escola precisa estar atenta a todo e qualquer sinal que ocorra em seus espaços dessa expressão cruel e degradante de preconceito, e estudar formas de desconstruir os postulados heteronormativos, e assim efetivar suas funções sociais, permitindo a formação de qualidade e a conclusão com êxito de todos (as) seus/suas alunos (as), sejam eles LGBTQI+ ou não. (JUNQUEIRA, 2009).



Para saber mais!

Livros

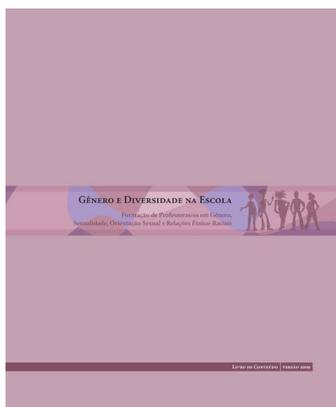


Figura 56.

Gênero e Diversidade na Escola Formação de Professoras/es em Gênero, Sexualidade, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais.

(Livro Digital). Tem como objetivo contribuir para a formação continuada de profissionais de educação da rede pública de ensino, promovendo debates acerca das temáticas de gênero, sexualidade, orientação sexual e relações étnico-raciais.

Disponível em: <https://bit.ly/2UZL4s2>

Artigos/notícias

- **Gênero, sexualidade e juventude(s): Problematizações sobre heteronormatividade e cotidiano escolar.** Disponível em: Gênero, sexualidade e juventude(s) Problematizações sobre heteronormatividade e cotidiano escolar (scielo.br)
- **Mais de 70% dos estudantes LGBTs sofreram homofobia na escola, diz pesquisa.** Disponível em: <https://bit.ly/2UWnIZt>
- **Discriminação rouba de transexuais o direito a educação.** Disponível em: <https://revistainclusiones.org/index.php/inclu/article/view/2286>

- **LGBTfobia é uma das fortes causas do abandono escolar.** Disponível em: <https://bit.ly/3rf1VTI>
- **Militarização nas escolas pode levar a mais exclusão de alunos LGBTI+, avaliam debatedores.** Disponível em: <https://bit.ly/3xIXIKi>

Referências

CARRARA, Sérgio. **Educação, diferença, diversidade e desigualdade.** Disponível em: <http://www.clam.org.br/uploads/conteudo/scarrara.pdf>. Acesso em 21 de jan. de 2021.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. 2009. Não temos que lidar com isso. Aqui não há gays, nem lésbicas! Estado de negação da homofobia nas escolas. *In: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação.* Anais 32ª Reunião. Caxambu, MG: Anped. Disponível em: <http://32reuniao.anped.org.br/arquivos/trabalhos/GT23-5575--Int.pdf>. Acesso em 22 de jan. De 2021.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz (Org). **Diversidade Sexual na Educação:** problematizações sobre a homofobia nas escolas / Rogério Diniz Junqueira (organizador). – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.

STRAPAZZON, Jair Adriano. Diversidades e Educação: desafios e perspectivas. p. 277-284 *In: Ações Afirmativas do IFRS.* SONZA, Andréa Poletto; SALTON, Bruna Poletto; STRAPAZZON. Jair Adriano (org.) Porto Alegre. CORAG, 2015.

VIEIRA, Rafael Porto; GHERARDI, Sandra Regina Marcolino; SEVERO, Mirlene Fátima Simões Wexell. Causas e consequências da homofobia na escola: uma revisão. **Multi-Science Journal**, v. 1, n. 10 (2018) 69-77. Disponível em: <https://www.ifgoiano.edu.br/periodicos/index.php/multiscience/article/view/381/404>. Acesso em: 22 de jan. De 2021.

Figuras

Figura 49. Disponível em: <https://amzn.to/3i3wCs1>

Figuras 50, 51, 52, 54. Disponível em: <https://www.adorocinema.com/>

Capítulo 5

IFC – Uma Instituição não-excludente

O **IFC** (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense) foi criado a partir da Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Nestes doze anos, o único núcleo afirmativo existente era o **NAPNE** (Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas). Porém, no final de 2019 foi aprovado pelo CONSUPER (Conselho superior) a criação da **Política de Inclusão e Diversidade** e de mais dois núcleos afirmativos: o **NEABI** (Núcleo de Estudos Afrobrasileiros e Indígenas) e o **NEGES (Núcleo de Estudos de Gênero e Sexualidade)** em todas as unidades (Campi e Reitoria) e também o **Núcleo de Educação do Campo**, aos Campi que cujas características manifestam essa necessidade, além de outros núcleos inclusivos que conforme a especificidade e necessidade de cada unidade se façam necessários.

A Política de Inclusão e Diversidade do Instituto Federal Catarinense, criada por forma da Resolução 33/2019

[...] orienta ações de promoção da inclusão, diversidade e os direitos humanos, para o acompanhamento e suporte da comunidade acadêmica inserida no contexto da diversidade cultural, étnico-racial, de gênero, sexualidade, necessidades específicas ou de outras características individuais, coletivas e sociais. **(Art. 1º)**.

O Título 2 da referida Resolução, indica os **princípios** da Política de Inclusão e Diversidade, quais sejam:

I – compromisso com os direitos humanos e a cidadania; II – promoção da inclusão, diversidade e direitos humanos no âmbito do ensino, pesquisa e extensão; III – equidade nas condições de acesso, permanência e êxito no percurso formativo preservando e promovendo o respeito à diversidade em todos os seus matizes; IV – defesa e compromisso com a justiça social e combate à todas as formas de preconceito; [...] IX – respeito à liberdade; X – garantia de valores éticos e humanísticos; XI – defesa de uma instituição inclusiva e diversa.

No que concerne aos **objetivos**, fica claro a intencionalidade de assumir a missão do **IFC como instituição democrática**, que juntamente com o **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)**, intenciona

proporcionar educação profissional, atuando em Ensino, Pesquisa e Extensão, comprometida com a formação cidadã, a inclusão social, a

inovação e o desenvolvimento regional. E assim o faremos, todos nós, de maneira planejada, estratégica e – o mais importante – democrática. (p. 13).

Os **objetivos específicos** citados pela Resolução 33/2019 também evidenciam a busca de uma instituição pautada pela igualdade, respeito e dignidade de alunos(as) e servidores (as), através da promoção a cultura da educação inclusiva, respeito aos direitos humanos e eliminação de barreiras e preconceitos de quaisquer tipos, incentivar e apoiar a comunidade acadêmica à educação na diversidade, desenvolver ações para permanência e êxito dos alunos e alunas do IFC, incentivar ações que promovam o combate aos preconceitos relacionados às necessidades especiais, deficiências, gênero, sexualidade, etnia, raça, religiosa ou outras de características individuais, coletivas ou sociais, promover a cultura da paz, o direito a interculturalidade e prevenção de conflitos. (Art. 5º).

Os Núcleos de Estudo de Gênero e Sexualidade (NEGES), em seu artigo 17, evidencia suas **finalidades**:

Art. 17 O Núcleo de Estudos de Gênero e Sexualidade (Neges) é voltado para o fomento a estudos das questões relativas à temática de gênero, identidade de gênero e sexualidades no âmbito da Instituição e em suas relações com a comunidade externa e desenvolvimento de ações que promovam o combate ao preconceito.

O Parágrafo único do Artigo 17, apresenta as **atribuições** do Núcleo de Estudos de Gênero e Sexualidade nas unidades do IFC, que são: propor programas, projetos, atividades, estudos e pesquisas que promovam a equidade de gênero e uma educação não sexista, em uma perspectiva étnica, racial e de classe, articular e promover ações referentes à temática da diversidade sexual e gênero e proteção das pessoas e grupos atingidos por atos discriminatórios, debater vivências e reflexões quanto à temática da diversidade da diversidade sexual e de gênero, construir vínculos e diálogos com fóruns, organizações, associações e movimentos sociais comprometidos com os direitos das mulheres e das pessoas LGBTQI+, propor programas de formação continuada

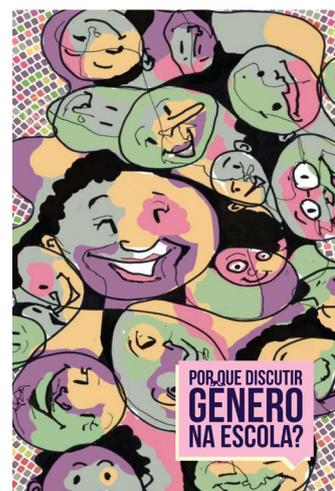


Figura 57.

Por que discutir gênero na escola?

JADIG – Jovens Agentes pela igualdade de gênero na escola.

Cartilha bastante interessante, com assuntos variados e que vale a pena ser lida.

Disponível em: <https://bit.ly/2VKBSbk>



aos temas relacionados, propor políticas de acesso, permanência e êxito às pessoas que em função de gênero e/ou sexualidade se encontram em vulnerabilidade social, cultural e/ou educacional, participar da construção dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC) a fim de garantir que a temática da diversidade sexual e de gênero sejam contempladas.

Porém, para que esses Núcleos tenham algum significado é necessário que quem os compõem tenha o conhecimento necessário para instigar a discussão sobre os temas e coragem para o enfrentamento, uma vez que estes tópicos estão constantemente sendo atacados pela mídia, grupos sociais, pais e mães de alunos e alunas e outras instâncias políticas e religiosas.

Mas, o mais importante é que alunos e alunas LGBTQI+ tenham um ponto de apoio, de acolhimento, onde possam se sentir livres para conversar, desabafar, contar e buscar por soluções dos problemas que têm enfrentado nas salas de aula, nos corredores, em suas casas ou outros ambientes sociais e culturais. Um lugar onde possam ter voz e vez para sentirem-se parte efetiva da sociedade. Incluir não é somente possibilitar o ingresso, mas, quiçá, o mais importante, proporcionar a permanência e a conclusão com êxito desse público que há tanto tempo tem sido excluído dos espaços escolares, seja por "brincadeiras de mau gosto", piadas, agressões psicológicas e físicas, por parte de colegas e também de docentes e demais servidores(as).

[...]a existência desses núcleos na Instituição possibilita que seus discentes, docentes, técnicos administrativos e também pessoas da comunidade externa participem de debates e ações que objetivam a propagação dos conceitos de gênero e diversidade sexual. Objetivando a diminuição de casos de violências de gênero na instituição, ocasionando, por consequência, um ambiente

Conversando sobre violência e convivência nas escolas

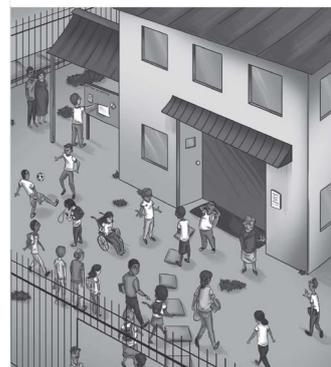


Figura 58.

Conversando sobre violência e convivência nas escolas.

Miriam Abramovay et al.
Rio de Janeiro: FLACSO
– Brasil, OEI, MEC, 2012.

Cartilha que discute as diversas formas de violência que podem ocorrer nas escolas, as visões de escola de alunos(as), docentes, as regras estipuladas pela/na escola, etc.

Disponível em: <https://bit.ly/2VCizRi>



Figura 59.

73% dos jovens LGBTQI+ dizem ter sido agredidos na escola, mostra pesquisa.

Disponível em: 73% dos jovens LGBTQI+ dizem ter sido agredidos na escola, mostra pesquisa – 21/11/2016 – Educação – Folha de S.Paulo (uol.com.br)

mais igualitário a todos, na tentativa de erradicar os binarismos e as dominâncias de gênero em nossa sociedade. (BRANCHER; FIORAVANTI; PORTO, 2020, p. 147).

Kather e Souza (2018, p. 33) afirmam que "[...] é necessário incluir todos os alunos em sala, independente de etnia, sexo, raça, credo ou condição física ou ainda intelectual." Ou seja, devemos estar preparados para lidar com a diversidade, de maneira geral.

Na sequência as autoras apontam que

A educação inclusiva aponta para uma possibilidade legal de educação para todos, isto é a educação que visa reverter o percurso da exclusão, ao criar condições, estruturas e espaços para uma diversidade de educandos. Desta forma buscamos o ideal de uma escola inclusiva que possa transformar não apenas a estrutura física, mas aspectos subjetivos como as atitudes e a mentalidade dos educadores e de todos os atores da comunidade escolar, para aprender a lidar com as diferenças. (KATHER; SOUZA, 2018, p. 33).

É fundamental compreendermos os conceitos exclusivistas para sermos ativamente participativos(as) na (re) construção da sociedade, para que a mesma seja realmente para todas as pessoas, independentemente de cor, idade, gênero, tipo de necessidade específica, deficiência e qualquer outro atributo pessoal. (KATHER; SOUZA, 2018).

Um fato que é quase consenso entre profissionais da educação (docentes e técnicos(as) administrativos) e sociedade, é que a inclusão está relacionada apenas com o público alvo da educação especial, ou mais diminuto, Pessoas com Deficiência (PcD). Em relação a estas questões, Camargo (2017) nos traz uma questão bastante oportuna:

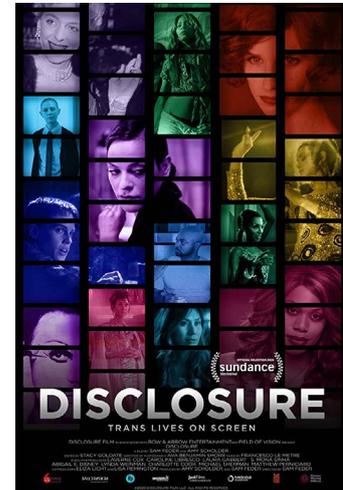


Figura 60. **Revelação (2019)**. (Documentário) Uma reflexão sobre a problemática representação de pessoas trans no cinema e na TV ao longo dos anos. Através de cenas e relatos, o documentário mostra o impacto que essas interpretações tiveram na comunidade. Não indicado para menores de 14 anos.

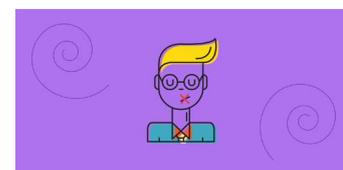


Figura 61. **6 situações que todo jovem LGBT passa na escola e como combatê-las**. Larissa Darc, 2017. Disponível em: 6 situações que todo jovem LGBT passa na escola e como combatê-las (<https://bit.ly/3xW2GDN>)



[...] quais são os estudantes foco da educação inclusiva? A resposta é: todos. Quer dizer, ela se estende aos alunos, público-alvo da educação especial (BRASIL, 2013a), e àqueles que não são público-alvo dessa modalidade de ensino: os alunos brancos, negros, de distintos gêneros, índios, homossexuais, heterossexuais etc. Ou seja, aos seres humanos reais, com foco prioritário aos excluídos do processo educacional. De forma contraditória, a cultura atual, principalmente a ocidental, tenta moldá-los e "formá-los" como seres homogêneos. Como consequência, os que não se enquadram nos referidos padrões e segundo as regras de normalização forjadas socialmente, recebem vários adjetivos: "anormais", "deficientes", "incapazes", "inválidos", etc. (p. 3).

A atribuição da escola, portanto, tem um papel social bastante expressivo: promover uma educação de qualidade, que respeita a diversidade e amplia cada vez mais os processos de aprendizagem cidadã dos que nela estão presentes, sejam estudantes, docentes ou técnicos(as) administrativos, prosperando na tão almejada inclusão escolar e social, e

Recusar a homogeneização sutil, mas despótica em que incorremos às vezes, sem querer, nos dispositivos que montamos quando subordinamos os estudantes a um modelo único, ou a uma dimensão predominante" (ABRAMOWICZ; RODRIGUES; CRUZ, 2011, p. 96).

É preciso buscar uma pedagogia do intolerável, conforme citam as mesmas autoras no artigo A diferença e a diversidade na educação (2011):

Na realidade precisamos de uma pedagogia do intolerável. Temos assistido passivamente um processo de aniquilamento sutil e despótico das diferenças: seja sexual, racial, étnico, estético, entre outras, ao mesmo tempo em que há uma resistência cotidiana a esta processualidade de submetimento realizada por pessoas ou coletivos sociais excluídos, a pedagogia do intolerável não é a monumentalização da tragédia, do miserabilismo ou da vitimização. Nada tem a ver com isto. É a afirmação



Figura 62. **Meninos não choram (1999)**. Filme baseado em fatos reais. Na obra, somos apresentados a Brandon Teena, um jovem que, biologicamente, possui um corpo feminino, mas que se identifica com o gênero masculino. Brandon muda-se para uma pequena e conservadora cidade do interior do Nebraska e, ali, apresenta-se à sociedade como homem, ocultando sua identidade trans, o que o obriga a uma vida dupla. O filme ganhou um Oscar de melhor atriz para Hilary Swank. Não indicado para menores de 18 anos.

absoluta da vida, resistência do **poder da vida contra o poder sobre a vida**, resistência inabalável ao aniquilamento e a uma vida não fascista que se faz a toda hora e todo dia e por cada um. (p. 96). (grifo nosso)

A esperança que temos é a oferta da educação integral, uma concepção que procura garantir o desenvolvimento dos sujeitos em todas as suas dimensões – intelectual, física, emocional, social e cultural, procurando formar cidadãos no seu significado mais amplo.

A educação integral, então, tem a ver com a formação de jovens e adultos com capacidade intelectual, mas também com o discernimento do social, do que acontece em sua volta e os motivos para estes acontecimentos. Como uma proposta inovadora, e educação integral, não somente no EMI (Ensino Médio Integrado), traz a esperança de uma sociedade mais justa, igualitária e pacífica.

Porém, para alcançar estes propósitos não basta somente projetos pedagógicos ou didáticas específicas, mas sim do engajamento ético-político de todos e todas os(as) agentes educacionais (docentes, técnicos(as) administrativos, gestores(as)). (ARAÚJO; FRIGOTTO, 2015).

Para Ciavatta (2014)

[...] não se trata, pois, de mera adaptação às mudanças no mundo da produção e do trabalho, tais como adaptar-se à flexibilização produtiva, à "sociedade da incerteza", às relações de trabalho desregulamentadas, ao empreendedorismo, aos programas breves de aprendizagem, aos programas paliativos da tensão social. Há condições de vida que permeiam as opções das pessoas. E estas passam pela forma histórica de como produzem a própria vida. (p. 188).

A educação integral tem por propósito a "formação integrada, plena, vindo possibilitar ao educando a compreensão das partes no seu todo ou da unidade no diverso." (CIAVATTA, 2014, p. 198). Esta é a concepção e a raiz da **criação dos Institutos Federais de Educação**.

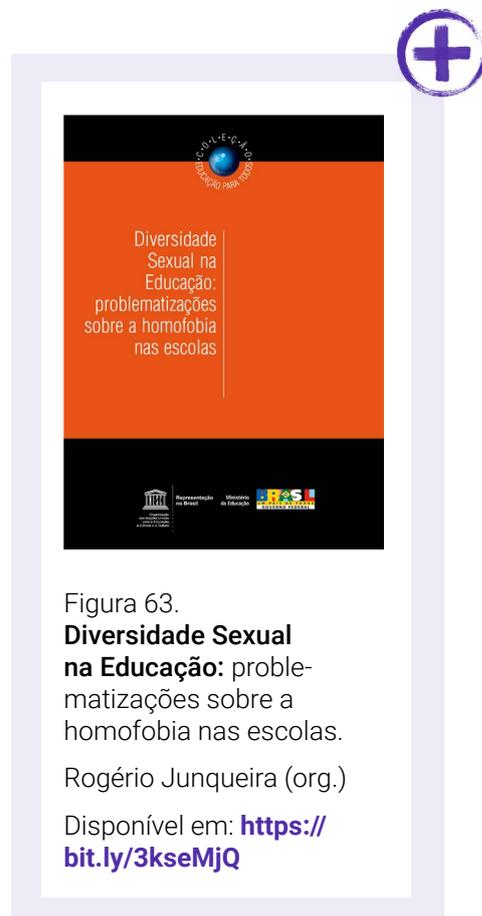


Figura 63.
Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas.
Rogério Junqueira (org.)
Disponível em: <https://bit.ly/3kseMjQ>

Quando falamos em cidadania, geralmente nos remetemos a direitos e deveres. Maria Vitória Benevides (1998) nos elucida o que é cidadania, ou como a autora alude, "**cidadania ativa**", que tanto discutimos, refletimos e buscamos ao se tratar de educação. Para a autora, cidadania ativa

[...] significa organização e participação pela base, como cidadãos que partilham dos processos decisórios em várias instâncias, rompendo a verticalidade absoluta dos poderes autoritários. Significa, ainda, o reconhecimento (e a constante reivindicação) de que os cidadãos ativos são mais do que titulares de direitos, são criadores de novos direitos e novos espaços para expressão de tais direitos, fortalecendo-se a convicção sobre a possibilidade, sempre em aberto, da criação e consolidação de novos sujeitos políticos, cientes de direitos e deveres na sociedade." (p. 170).

Infelizmente, por motivos diversos, mas principalmente pelas condições impostas pelo sistema capitalista, alunos e alunas que buscam o Ensino Médio Integrado, em sua maioria, cogitam o ingresso no mercado de trabalho, por isso autores como Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005) apontam que o ensino médio integrado ao ensino profissional, tal qual ofertamos em nossos campi, são apenas uma travessia para o ideal de sociedade.

Se a preparação profissional no ensino médio é uma imposição da realidade, admitir legalmente essa necessidade é um problema ético. Não obstante, se o que se persegue não é somente atender a essa necessidade mas mudar as condições em que ela se constitui, é também uma obrigação ética e política, garantir que o ensino médio se desenvolva sobre uma base unitária para todos. Portanto, o ensino médio integrado ao ensino técnico, sob uma base unitária de formação geral, **é uma condição necessária para se fazer a "travessia" para uma nova realidade.** (p. 43). (grifo nosso)

Analisando o que foi exposto, podemos inferir que o IFC ainda não chegou na completude da não exclusão, mas está no caminho correto, ao menos nos documentos oficiais. Agora, é necessário que os (as) profissionais da educação proponham discussões, atividades, seminários, e incluam em cada Projeto Pedagógico de Curso (PPC) as questões referentes



Figura 64.
Assim se faz uma escola acolhedora. Wellington Soares, 2016. Disponível em: Como combater a homofobia na escola (gestaoescolar.org.br)



a gênero, sexualidade, identidade, diferenças, para que podemos proclamar a formação de cidadãos e cidadãs plenos, conscientes, reflexivos, e que consigam agir com respeito às diferenças, com empatia e habilidade para compreender que apesar das diferenças somos mais iguais do que percebemos.

A criação dos Institutos Federais e a Educação Integral, em todos os níveis, devem contemplar essas possibilidades e com isso afirmar, com orgulho, que fazemos parte de uma instituição não excludente, ou, se preferirem, inclusiva.



Você sabia?

Nome social

O direito do uso do nome social foi uma grande conquista para travestis e transexuais femininos e masculinos, permitindo que os/as mesmos(as) possam utilizar o nome que reflete sua identidade de gênero.

O **IFC**, antes mesmo do Decreto nº 8.727, de 28 de abril de 2016, que dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais, **já em 2010**, acatando o Parecer CEE/SC nº 580/09, aprovou a Resolução ad referendum 019/10, que permite que servidores(as) e alunos(as) travestis e transexuais utilizarem seus **nomes sociais** de acordo com sua identidade de gênero na instituição, buscando o respeito aos Direitos Humanos e à dignidade humana, a permanência e o sucesso dessas pessoas no processo de escolarização. Esse ato já reflete a busca da Instituição em não ser excludente, ao contrário, respeitar e aceitar as diferenças e as diversidades de cada um e cada uma, de forma a garantir o sucesso no percurso escolar e o respeito que todos e todas merecem.



Figura 65. **De gravata e unha vermelha (2015)**. O filme traz entrevistas com diversas personalidades que, em suas histórias de vida, colocaram em perspectiva o modelo de identificação binário homem/mulher, e questionaram os estereótipos construídos para cada um dos sexos. Não indicado para menores de 12 anos.



Segue um esboço para entendermos a importância para travestis e transexuais do uso do nome social:

[...] a mudança de nome é fundamental para que possa fortalecer sua identidade como mulher ou como homem. A coação sofrida por serem chamados pelo nome que não correspondem à sua autoimagem provoca-lhes um alheamento, que confirma o despreparo dos espaços sociais, mesmo os ditos "educativos" para o trato dessa questão: poucas são as ações desenvolvidas nesse âmbito para o combate de práticas discriminatórias. (HOGEMANN, 2014, p. 223).

Cabe salientar que o nome social é permitido às pessoas travestis e transexuais maiores de 18 anos. Para os/as que são menores de idade, é necessário a autorização dos pais e/ou responsáveis legais, o que muitas vezes não acontece, pois, muitos pais, mães, responsáveis, não estão totalmente abertos a esta situação, causando, assim, problemas para estas pessoas, principalmente no relacionamento com os/as colegas, professores(as) mas também consigo mesmo.

Atividades culturais na escola

Muitas escolas, como o IFC, têm em seu programa anual momentos de atividades culturais, seja institucionais ou somente no campus. Assim, muitos alunos e alunas acabam participando, alguns(as) fazem performances artísticas utilizando roupas de gênero diferente do seu. Esse fato acarreta certas controvérsias, pois esses e essas alunos(as) são automaticamente reconhecidos como LGBTQI+, o que nem sempre é a verdade. Artisticamente, podemos representar personagens que não refletem a nossa realidade cotidiana.

Acolhimento, advertência, acompanhamento

Um grande problema nas escolas, que ocorre com certa frequência, é o fato do/da aluno(a) LGBTQI+ que sofre preconceitos ou *bullying* LGBTQIfóbico, ser chamado pela gestão ou responsáveis pelos setores de acompanhamento, por vezes por indicação de docentes, para uma "conversa", ou então acompanhamento e até mesmo advertência.

Esse fato demonstra que a escola está reagindo da mesma forma que as demais instâncias da sociedade, ou seja, culpando o/a aluno(a) por ser

diferente, por não agir conforme as regras impostas (heteronormativas, patriarcais).

Os professores, por vezes, acreditam fazer o melhor por seus alunos, agindo "pedagogicamente", ao tentar adequar seus comportamentos "desviantes". Isso acaba por constituir um rol de alunos marcados, quando não excluídos ou evadidos do ambiente escolar. [...] A existência da norma implica sujeitos que não se adaptam a ela, estabelecendo relações de poder permanentes em um processo que se autoalimenta. **(CASAL; ZUCCO, 2010, p. 22).**

Outra circunstância problemática é a negação da existência de alunos LGBTQI+, a qual o autor Rogério Junqueira denomina de Estado da Negação. Outro termo cunhado pelo autor foi a Pedagogia do Armário, pois a escola, em seus múltiplos espaços vigia, pune, adverte, exclui.

A vigilância das normas de gênero cumpre papel central na pedagogia do armário, constituída de dispositivos e práticas curriculares de controle, humilhação, silenciamento, invisibilização, ocultação e não nomeação que agem como forças heterorreguladoras de dominação simbólica, deslegitimação de corpos, sujeitos, saberes, práticas e identidades, e de subalternização, marginalização, estigmatização e exclusão. **(JUNQUEIRA, 2013, p. 492).**



Figura 66. Fonte: <https://bit.ly/3wXG4kG>



Para saber mais!

Reportagens

- **Escola é acusada de homofobia: "Homossexualismo tem perdão?"** – Carolina Vasconcelos, 2019. Disponível em: Escola é acusada de homofobia: "Homossexualismo tem perdão?" (metropoles.com)
- **"Kit Gay": o que é mito e o que é verdade.** Disponível em: Kit Gay: o que é mito e o que é verdade (gazetadopovo.com.br)
- **Estudantes LGBT se sentem inseguros nas escolas, aponta pesquisa.** Verônica Lima, 2017. Disponível em: Estudantes LGBT se sentem inseguros nas escolas, aponta pesquisa – Notícias – Portal da Câmara dos Deputados (camara.leg.br)
- **O que é ideologia de gênero?** Tié Lenzi. Disponível em: Ideologia de gênero: Existe? O que significa? – Toda Política (todapolitica.com)

Filmes



Figura 67.
Desejo proibido (2000). O filme conta três histórias diferentes sobre lésbicas, vividas em épocas diferentes, mas que se passaram em uma mesma casa. Passando pelas décadas de 1960, 1970 e anos 2000 os diferentes desafios de ser lésbica vão sendo pautados pelas vivências dessas mulheres, principalmente no direito social de herdar o que construíram juntas. Não indicado para menores de 14 anos.



Figura 68.
The Boys in The Band (2020). Baseado em uma peça de teatro, The Boys in The Band possui também um documentário na Netflix que mostra o encontro entre o elenco e o criador da história. O filme se passa todo em uma festa, em que um grupo de amigos gays vive uma noite de muitas reflexões, após a chegada de um estranho. Disponível na Netflix. Não indicado para menores de 16 anos.

Artigos

- **Sigam-me os bons:** apuros e aflições nos enfrentamentos ao regime da heteronormatividade no espaço escolar. – Fernando Seffner. Disponível em: <https://bit.ly/2TjdP2n>
- **Política de Inclusão e Diversidade do Instituto Federal Catarinense** – Disponível em: <https://bit.ly/3ewwhMm>
- **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) – IFC.** Disponível em: <https://pdi.ifc.edu.br/>
- **Reflexões sobre homofobia e educação em escolas do interior paulista.** Fernando Silva Teixeira-Filho; Carina Alexandra Rondini; Juliana Cristina Bessa. Disponível em: <https://bit.ly/3rp1qqg>
- **Direito fundamental à educação, diversidade e homofobia na escola:** desafios à construção de um ambiente de aprendizado livre, plural e democrático. Graziela Raupp Pereira, Alexandre Gustavo Melo Franco Bahia. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/er/n39/n39a05.pdf>
- **Pesquisa nacional sobre o ambiente educacional no Brasil 2016:** as experiências de adolescentes e jovens lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em nossos ambientes educacionais. ABGLT. Disponível em: <https://bit.ly/3ijhB45>

OBS. As referências trazem bastantes materiais para leitura e análise.

Referências

ABRAMOWICZ, Anete; RODRIGUES, Tatiane Cosentino; CRUZ, Ana Cristina Juvenal da. A diferença e a diversidade na educação. **Contemporânea** n. 2, p. 85-97 Jul.–Dez. 2011. Disponível em: <https://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/38>. Acesso em 22 de jan. de 2021

ARAUJO, Ronaldo Marcos de; FRIGOTTO, Gaudêncio. Práticas Pedagógicas e Ensino Integrado. Natal. **Revista Educação em Questão**. V. 52, n. 38, p. 61-80, maio/ago. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/7956>. Acesso em 21 de jan. de 2021.

BENEVIDES, Maria Vitória. Educação para a cidadania e em direitos humanos. *In: Encontro nacional de didática e prática de ensino*, 9., 1998, Águas de Lindóia. Anais II: olhando a qualidade do ensino a partir da sala de aula. Águas de Lindóia, Feusp, 1998. v. 1, p. 165-177.

BRANCHER, Vantoir Roberto; COLLING, Ana Maria; PORTO, Eliane Quincozes (orgs.) **Caminhos possíveis à inclusão V: gêneros, (trans)gêneros e educação – alguns enfrentamentos**. Curitiba, PR, Brazil Publishing, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3kBLpLY>. Acesso em 23 de jan. de 2021.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em 26 de jan. de 2021.

BRASIL. **Decreto nº 8.727, de 28 de abril de 2016**. Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/D8727.htm. Acesso em 23 de jan. de 2021.

CAMARGO, Eder Pires de. Inclusão social, educação inclusiva e educação especial: enlaces e desenlaces. **Ciênc. Educ.**, Bauru, v. 23, n. 1, p. 1-6, 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-73132017000100001. Acesso em 23 de jan. de 2021.

CASSAL, Luan Carpes Barros Cassal; Zucco, Luciana Patrícia. Diversidade sexual e gênero na escola: uma experiência de extensão no Rio de Janeiro. **Extensão em Foco**, Curitiba, n. 5, p. 15-23, jan./jun. 2010. Editora UFPR. Disponível em: <https://bit.ly/2UWi1VZ>. Acesso em 25 de jan. de 2021.

CCE-SC. Parecer CEE/SC nº 580/09. **Resolução sobre inclusão de nome social de travestis e transexuais nos registros escolares**. Disponível em: <http://www.cee.sc.gov.br/index.php/downloads/comissoes/legislacao-e-normas/pareceres-1/605-605>. Acesso em: 21 de jan. de 2021.

ClAVATTA, Maria. O ensino integrado, a politecnia e a educação omnilateral. Por que lutamos? **Trabalho e Educação**, Belo Horizonte. n.1. p. 187-205. jan-abr. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9303>. Acesso em 23 de jan. de 2021.

FRIGOTTO, Gaudêncio; ClAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. A gênese do decreto n. 5.154/2004: um debate no contexto controverso da democracia restrita (Org.). In: **Ensino médio integrado: concepção e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/4578>. Acesso em 25 de jan. de 2021.

HOGEMANN, Edna Raquel. Direitos Humanos e Diversidade Sexual: O reconhecimento da identidade de gênero através do nome social. **Revista SJRJ**, V.21, n. 39, p. 217-231. abril 2014. Disponível em: <https://bit.ly/2VbpOiW>. Acesso em 26 de jan. de 2021.

IFC. Conselho Superior. **Resolução nº 33/2019** – CONSUPER (11.01.18.67). Dispõe sobre a Política de Inclusão e Diversidade do Instituto Federal Catarinense (IFC). Disponível em: <https://bit.ly/2TfUWx6>. Acesso em 26 de jan. de 2021

IFC. **Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI**. (2019/2023). Disponível em: <https://bit.ly/2UX3zNq>. Acesso em 26 de jan. de 2021.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Pedagogia do armário: A normatividade em ação. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 7, n. 13, p. 481-498, jul./dez. 2013. Disponível em: <http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/320/490>. Acesso em 23 de jan. de 2021.

KHATER, Eduardo; SOUZA, Kelen Cristina Silva de Souza. **Diversidade X Inclusão**: Conceito, teoria e prática na educação infantil. Disponível em: <https://bit.ly/3xOSooT>. Acesso em 23 de jan. de 2021.

Figuras

Figuras 58, 60, 63, 66. Disponível em: <https://www.adorocinema.com/>

Figura 65. Disponível em: <https://filmow.com>